

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CILEIDE LUZ SOARES INACIO

**GUERREIRAS AFRO-ATLÂNTICAS: MULHERES REFUGIADAS EM  
BUSCA DE SUA OUTRA NO BRASIL**

Sorocaba/SP  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CILEIDE LUZ SOARES INACIO

**GUERREIRAS AFRO-ATLÂNTICAS: MULHERES REFUGIADAS EM  
BUSCA DE SUA OUTRA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane M. Mendonça

Sorocaba/SP  
2019

LUZ SOARES INACIO, Cileide

GUERREIRAS AFRO-ATLÂNTICAS: MULHERES REFUGIADAS EM  
BUSCA DE SUA OUTRA NO BRASIL / Cileide LUZ SOARES INACIO. --  
2019.

98 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus  
Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Viviane Melo de Mendonça

Banca examinadora: Vanda Aparecida da Silva, Josefina de Fátima  
Tranquilin, Geraldo Tadeu Souza

Bibliografia

1. Gênero . 2. Migração . 3. Sociologia do cotidiano. I. Orientador. II.  
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979

CILEIDE LUZ SOARES INACIO

**GUERREIRAS AFRO-ATLÂNTICAS: MULHERES REFUGIADAS EM  
BUSCA DE SUA OUTRA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestra em Educação. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 22 de Fevereiro de 2019.

Orientadora

---

Dr.<sup>a</sup> Viviane Melo Mendonça  
Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Examinadora

---

Dr.<sup>a</sup> Vanda Aparecida da Silva  
Universidade Federal de São Carlos – campus

Sorocaba Examinadora

---

Dr.<sup>a</sup> Josefina de Fátima Tranquilin  
Universidade de Sorocaba

Examinador

---

Dr.<sup>o</sup> Geraldo Tadeu Souza  
Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Cleide Luz Soares Inacio, realizada em 22/02/2019.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dulcineia de Fatima Ferreira  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Josefina de Fatima Tranquilin Silva  
UNISO

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Geraldo Fedeu Souza  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Vanda Aparecida da Silva  
UFSCar

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Viviane Melo de Mendonça  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Viviane Melo de Mendonça e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dulcineia de Fatima Ferreira

Dedico esse trabalho a todas as guerreiras afro-atlânticas que romperam as máscaras do  
silêncio.

## Agradecimentos

A todas as mulheres negras, lésbicas e refugiadas no Brasil. Em especial às minhas interlocutoras, gratidão eterna.

À minha orientadora, Prof. Dra. Viviane Melo Mendonça, pelo incentivo e apoio e, acima de tudo, por me franquear a entrada ao fascinante mundo das Diversidades e das utopias.

Ao professor Geraldo Tadeu Souza, por sua generosa atenção e valiosas indicações bibliográficas, bem como por sua leitura pontual e valiosa do trabalho.

À professora Vanda Aparecida da Silva, por sua atenção e franqueza, pela agudeza de espírito e sensibilidade sociológica rara, ao compartilhar seus conhecimentos.

À professora Teresa Mary Pires de Castro Melo por me ensinar que Comunicação comunitária deve ser *front* e artilharia em defesa da democracia.

À professora Josefina de Fátima Tranquilim, por aceitar fazer parte da banca e com quem aprendi a experiência do outro/outra como um livro-espelho, que me escreve no interdito da maneira visível de viver.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e institucional por meio da bolsa de incentivo à pesquisa.

À minha mãe Tina e às minhas irmãs Silmara e Simone.

À minha querida filha Laís. Este trabalho é uma forma de retribuir o seu amor e a confiança de um futuro melhor.

Ao meu companheiro Luiz por todas as críticas e longas conversas madrugada afora que só fortaleceu o lirismo da escrita como resistência. Aos novos amigos Daiana (Daia), Vanessa, Silmara Lourenço, Daniele Sanfrancisco, Fernanda Cristina, Cássia Lopes, Talita, Sandra Fonseca, Caíque, Nilton Bispo, Patrícia, Thaís Rodrigues, Fabiana, Gleice Bárbara, Jandira Polleto, Gabi Rancan, Gustavo, Letícia Nunes, Pâmela Baena, Mayris e Neto.

Às minhas queridas Rafaela Elaine Barbosa, Livia Linda, Lucilene Ribeiro, a tríade da amizade para uma vida inteira. Juliana Contó, Zé Contó, Juliette, Karolinda, Dersão, Marcão, Fabrício Paschoal pelos ensinamentos compartilhados nas situações mais difíceis durante a graduação na FAFIJA - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.

Ao amigo desde sempre Paulo Illes pelo aprendizado sobre o fortalecimento e a promoção dos direitos humanos de imigrantes e refugiados. Aos professores Márcio Luiz Carreri e Pedro Bonoto pelo apoio incondicional. Aos amigos de uma vida inteira - Andréia Nunes, Larissa, Letícia, Rodrigo, Alessandra, Eli Varjão, Márcio José Paes, Fábio, Caíque Cali Cor-que-eu-via, Edy e Alexandre Noronha, Alaa Rady, Ana Angélica Ferrazi (a poetisa), Jonatas Jorge (o poeta), Pablo Scherrer e Marilda. Aos colegas do NEGDS, Coletivo Mandala, Nós Diversos pelos interessantes temas, que se reverteram em aprendizado e aprofundamento dos temas propostos abordados e proveitosos debates nos quais tive o privilégio de participar como ouvinte.

“Todos os países, todas as vozes importam.  
Não importa de que país a voz está vindo,  
todas as vozes importam.”

Kasha Jacqueline Nabagesera *militante em defesa dos direitos LGTB* (Freedom and Roam  
Uganda)

“Espero que as pessoas escutem as nossas vozes e possam entender o seu  
significado. Nossas vidas se constroem na luta e na resistência”.

Ruth Muganzi - *militante em defesa dos direitos LGTB, vive em  
Uganda.*



## RESUMO

INACIO, Cileide Luz Soares. **Guerreiras afro-atlânticas: Mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil**. 2019. Fls Dissertação (Mestrado e Educação) - Programa de Pós- graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e Biológicas. Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2019.

A pesquisa teve como objetivo analisar sobre como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na modalidade etnográfica, apoiada em referencial teórico e documental, além de pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo, utilizando-se também da abordagem metodológica de histórias de vida das mulheres participantes. Inicialmente fez-se contato com as organizações que atuam com este público e procedeu-se a um trabalho de campo do universo de refugiadas residentes em São Paulo por intermédio de um diálogo com um grupo de mulheres que frequentam as organizações. Tais procedimentos permitiram acompanhá-las dia a dia, o que possibilitou identificar as discriminações e preconceitos de que são vítimas cotidianamente. Nesse sentido, as mulheres negras, refugiadas por orientação sexual, constituem um dos grupos prioritários na promoção da igualdade de gênero e no enfrentamento ao racismo, à discriminação por pertencimento a um grupo específico e à xenofobia. Em relação ao trabalho informal exercido por elas nas ruas da cidade, notou-se que apesar das dificuldades havia entre elas uma rede de apoio. Pretendeu, portanto, contribuir para reflexão sobre a trajetória dessas mulheres e reconhecer que elas podem exercer sua cidadania e seus direitos em totalidade, bem como compreender como essas mulheres negras, refugidas e lésbicas vivem e se autorrepresentam no contexto de refúgio.

**Palavras-chaves:** Gênero. Migração. Refúgio. Identidade. Sociologia do cotidiano.

## ABSTRACT

INACIO, Cileide Luz Soares. **Afro-Atlantic Warriors: Refugee Women Seeking Their Other in Brazil.** 2019. Fls Dissertation (Master of Education) - Post-graduation Program in Education. Center for Human and Biological Sciences. Federal University of São Carlos, So- rocaba / SP, 2019.

The aim of the research was to analyze how the specificities of gender, race, class and sexual orientation in the context of the refuge configures the experiences in the daily life of women and in their experiences of practical and subjective life. It is a qualitative research, in the eth- nographic modality, supported by a theoretical reference and documental, as well as a field research carried out in the city of São Paulo, using also the methodological approach of life histories of the participating women. Initially, the contact was made with the organizations that work with this public and a field work was carried out on the universe of refugees resi- ding in São Paulo through a dialogue with a group of women attending by theses organizati- ons. These procedures allowed them to be followed day-by-day, which made it possible to identify the discriminations and prejudices that they are victims daily. In this regard, black women, who are refugees on the basis of sexual orientation, are one of the priority groups in promoting gender equality and in tackling racism, discrimination based on belonging to a spe- cific group and xenophobia. Regarding the informal work carried out by them on the streets of the city, it was noted that, despite the difficulties, there was a support network among them. It sought to contribute to reflection on the trajectory of these women and to recognize that they can exercise their citizenship and their rights in totality, as well as understand how these black women, refugees and lesbians, live and self-represent in the context of refuge.

**Keywords:** Gender. Migration. Refuge. Identity. Sociology of daily life.

## Lista de Imagens

Imagem 1 Amores – Centro de São Paulo, Grafiteiro: Aleksandro Reis, Grupo <i>Opni</i> .....	17
Imagem 2 - Rompa o silêncio. você não está sozinha – Centro de São Paulo, Grupo <i>Opni</i> .....	25
Tabela 1: Marcadores Sociais: Identificação das Mulheres Entrevistadas.....	43
Imagem 3 – RE-EXISTIREMOS –Viaduto Antártica- Bairro Água Branca - SP .....	48
Imagem 4: TORNA-SE. – Bairro Água Branca –Viaduto Antártica- SP .....	54
Imagem 5: Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas Solicitantes de Refúgio LGBTI.....	55
Imagem 6 - Mapa do trajeto percorrido pelas mulheres na cidade de São Paulo.....	63
Imagem 7 – MULHER NEGRA VIVE! – Centro de São Paulo, Grafiteiro: Aleksandro Reis ...	73
Imagem 8 – Diário de campo III .....	95
Imagem 9 – Diário de Campo III.....	96
Imagem 10 – Diário de Campo III.....	97
Imagem 11 – Diário de Campo III.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CONARE – Comitê Nacional Para Refugiados

CSVM – Cátedra Sérgio Vieira de Mello

CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

LGBTQIA – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Inter- sexuais e Assexuais

NEGDS – Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual

OBMigra – Observatório das Migrações

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

SESC – Serviço Social do Comércio

UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 UM MEMORIAL E A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA</b> .....	18
<b>2 OLHARES E PERSPECTIVAS SOBRE AS MULHERES REFUGIADAS</b> .....	26
2.1 Panorama das mulheres refugiadas .....	26
2.2 Mulheres refugiadas e as questões étnico-raciais .....	31
2.3 As mulheres refugiadas no mundo .....	33
2.4 Refugiadas por orientação sexual.....	36
<b>3 ETNOCARTOGRAFIA E A TRAJETÓRIA DE MULHERES REFUGIADAS EM ATOS, FATOS E LUGARES</b> .....	39
<b>4 OS ENCONTROS COM AS MULHERES</b> .....	44
4.1 A.W- Devir de memória entre o Luto e a Luta.....	44
4.2 M.K- Das "zonas de silenciamentos "às" falas de muitos "gumes".....	48
4.3 L.L- Os relatos e vivências como prática de si: reflexões sobre ser refugiada.....	54
<b>5 PROPOSTA DE UMA CARTOGRAFIA DO CORPO-CIDADE-REFÚGIO</b> .....	63
5.1 Corporificando o refúgio x corpo (des)integrado .....	65
5.2 “A Senhora do Destino” .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	87

## INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um processo investigativo sobre as mulheres negras, pobres, refugiadas por orientação sexual e residentes na região periférica da cidade de São Paulo. A pesquisa propõe no contexto do trabalho etnográfico e de história oral trazer informações e reflexões sobre as experiências de vida dessas mulheres, amparadas pelo referencial teórico, que também complementam a análise.

Portanto, a pesquisa teve como objetivo analisar como as interseccionalidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva.

O trabalho de campo e a coleta de dados etnográficos foram realizados entre os meses de Novembro de 2017 a Setembro de 2018. Iniciou com uma entrevista com L.L, moçambicana, refugiada por orientação sexual, residente no Brasil desde 2013, quando participava do evento organizado pelo projeto "Nós Diversos"<sup>1</sup>. Em seguida, acompanhei mais duas mulheres negras e refugiadas por orientação sexual: A.W e M.K das seguintes nacionalidades: Uganda e República Democrática do Congo, acompanhando-as nos diversos deslocamentos na região central cidade de São Paulo, até o local de residência.

Nesse contexto, foi possível 'tecer' com os aportes teóricos da sociologia do cotidiano, amparados também pela metodologia de pesquisa etnográfica, os caminhos investigativos construídos neste estudo. Segundo o autor, "a sociologia do cotidiano passa um pente-fino na paisagem social, em busca dos significantes mais do que dos significados." (PAIS, 1993, p. 111). Observou-se, portanto, a importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, tendo as narrativas como matéria-prima para o seu desvendamento, fundamentando-se na história oral.

Nos encontros com as entrevistadas foram explicados os objetivos da pesquisa e alguns aspectos importantes antes de uma possível entrevista, tais como: o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) de acordo com os preceitos do comprometimento ético a partir do contato com a realidade existencial das mulheres

---

<sup>1</sup> "Segundo Kadu Nunes, coordenador de mídia da Parada LGBT de Sorocaba, "Nós Diversos" é um ciclo de debates presenciais sobre temas LGBT e feministas, realizados em Parceria entre o SESC Sorocaba com a Organização da Parada LGBT de Sorocaba, o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual do Campus Sorocaba da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e o Grupo Mandala (coletivo formado no Campus Sorocaba da UFSCar) e Associação Transgênero de Sorocaba (ATS). Tendo como objetivo debater pautas LGBTs e feministas para neste espaço desconstruirmos preconceitos e respeitarmos as diferenças entre nós, criando novos nós de afetividade e diversidade."

envolvidas na pesquisa, bem como o uso de imagens e dados na dissertação conforme o que for permitido.

Nesse sentido, há um recorte analítico das categorias indissociáveis de gênero, raça classe e orientação sexual que norteiam a pesquisa e, conseqüentemente, essas categorias se fazem presentes na tomada de decisões e nas estratégias adquiridas ao longo das experiências vivenciadas pelas mulheres, tanto no país de origem, quanto no país de acolhimento, o que nos direciona para pensar o movimento dessas categorias de análise em constante conflito.

Todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa. Foram garantidas a confidencialidade da informação e do anonimato e a condição de que só falariam daquilo que desejassem e se sentissem confortáveis para expor. Assim, algumas etapas das entrevistas foram realizadas no espaço público, sendo duas etapas realizadas via skype.

Para atender ao objetivo proposto por esta pesquisa e possibilitar compreensões a partir das questões orientadoras desse estudo, a organização do texto da dissertação está estruturada da seguinte maneira: *Capítulo 1 - Um memorial e a construção de um tema*, onde apresento um breve memorial, a partir da minha experiência vivida perpassada pelas relações de gênero e pelas desigualdades que lhes são intrínsecas, destacando o “lugar de fala” da pesquisadora e as principais questões que fundamentaram a construção do tema e dos objetivos da pesquisa.

No *Capítulo 2- Olhares e Perspectivas sobre as Mulheres Refugiadas* há a construção do problema, no que diz respeito às mulheres refugiadas, que apontam para os estudos de diversas áreas que foram consultados, durante a revisão da literatura e, conseqüentemente, mostraram que as pesquisas nas relações de gênero permite incluir as mulheres negras como sujeitas e permite problematizar nesse campo de investigação aquelas que não eram objetos centrais de estudo.

A parte da fundamentação teórica está dividida em três tópicos que contextualiza as questões étnico-raciais, a situação das mulheres refugiadas no mundo por orientação sexual e no Brasil, o que permitiu problematizar nesse campo de investigação aqueles que não fazem parte de estudos específicos, com recorte analítico de gênero, raça, classe e a condição de refúgio por orientação sexual, analisados a partir das vivências cotidianas dessas mulheres, suscita o espectro diversificado da esfera pública em que elas habitam.

No *Capítulo 3 – Etnocartografia e a Trajetória de Mulheres Refugiadas em Atos, Fatos e Lugares*, tendo essas reflexões como “pano de fundo” é apresentado um breve percurso teórico sobre tratar etnograficamente da pesquisa, bem como pensar a pesquisa de campo, a observação etnográfica e a escuta atenta da história oral, como possibilitadores de uma apreensão específica das vivências das mulheres envolvidas na pesquisa, por intermédio de suas narrativas. Daí a tessitura do enredo configura um intercâmbio entre narrar e contar completando-se em seus contrastes, diferenças numa construção dialética/dialógica.

Vale ressaltar que o diário de campo é apresentado como um dispositivo de (in)formação no campo da pesquisa etnográfica, através das narrativas das mulheres, da construção da escritura que é realizada por mim enquanto co-participante, com isso o diário de campo configurou-se como um dispositivo de registro das vivências cotidianas no decorrer da pesquisa (WEBER, 2009).

Já o *Capítulo 4 - Os Encontros com as Mulheres* é apresentado como um *memorial* de cada uma das entrevistadas, tecido com as falas destas mulheres, suas experiências, suas histórias de vida, bem como com os momentos também vividos nestes encontros (e também posteriores a eles) e registrados no diário de campo.

O *Capítulo 5 - Etnocartografia do corpo-cidade-refúgio: encontros de vivências, resistências e esperanças* foram discutidos algumas vivências e encontros de vivências entre as entrevistadas, dialogando a fundamentação teórica e as outras vozes com as memórias individuais e coletivas destas mulheres, apontando para os pontos de resistências, sobrevivências e potências de vida.

As imagens apresentadas nesta dissertação de mestrado foram observadas pelas entrevistadas que participaram da pesquisa. Na ocasião, as imagens provindas do espaço visual público, num recorte analítico do percurso realizado durante nossas andanças pelo centro da cidade de São Paulo, onde o *Graffiti*, como estilo estético é um movimento cultural provindo das periferias e com estética e ética próprias, permeou os seus olhares e atenções no decorrer do trabalho de campo.

Por intermédio de um olhar iconográfico, portador de uma memória, e que retrata uma o olhar pessoal que seria daquele que as pintou, essas mulheres realizaram um certo tipo de curadoria. Saber quem fez a obra, o porquê fez, em que circunstâncias, em que contexto foram elaboradas, produziu uma discussão muito interessante, pois o mural grafitado com o



rosto de Maria da Penha foi inaugurado numa segunda-feira, 8 de agosto de 2016, na região central de São Paulo, em homenagem aos 10 anos da lei que pune crimes de violência doméstica e leva o nome da ativista. O Projeto Arte Grafite é obra de Aleksandro Reis e dos artistas do Grupo Opni.

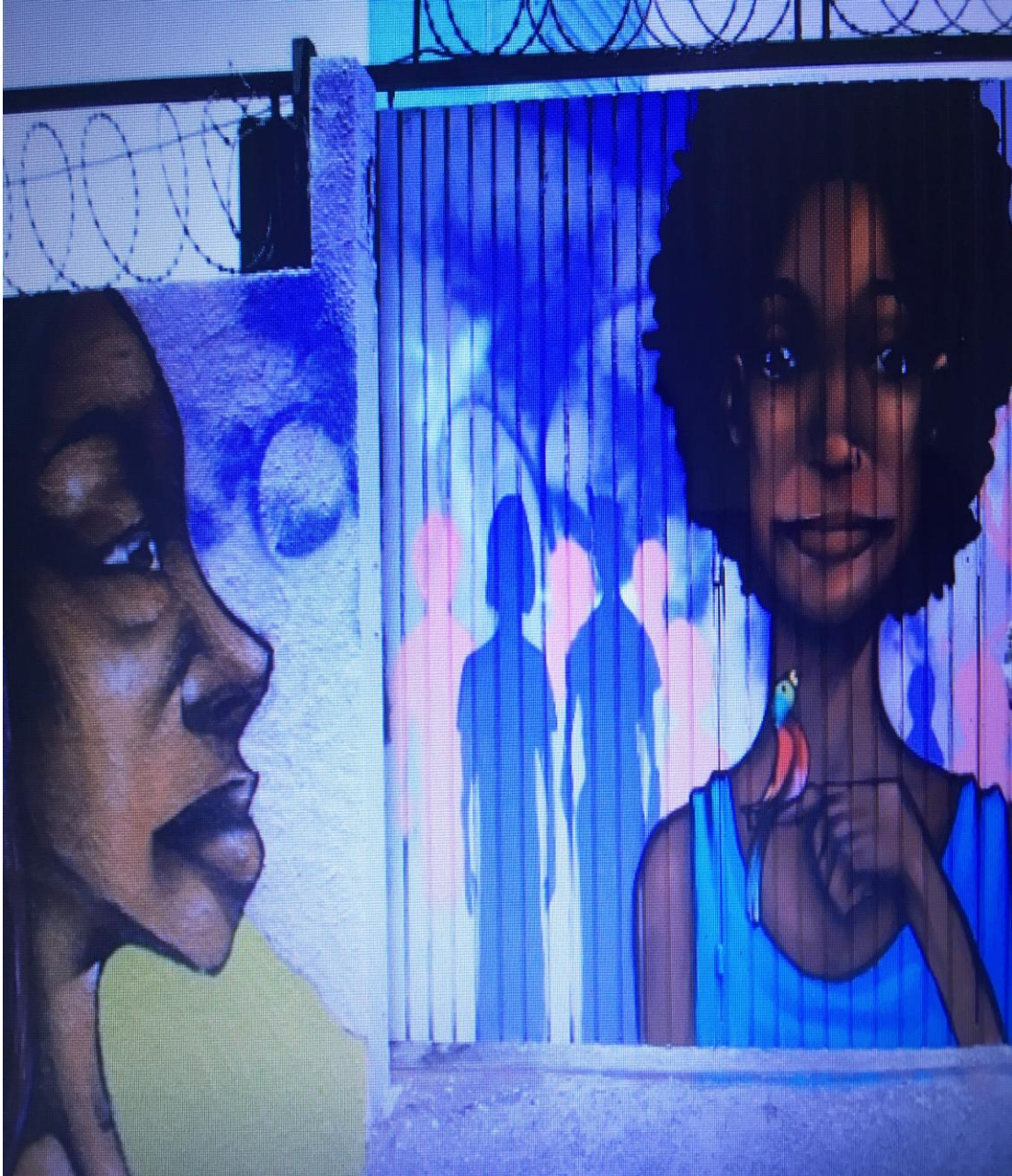
Nesse contexto, foram escolhidas para compor esse texto, as imagens, que num processo de reflexão-ação-relação ganhou força poética ao serem experimentadas visualmente e, nomeadas por elas, embora o mural tenha outra nomeação, conforme seus idealizadores, as entrevistadas fizeram um tipo de curadoria para que aqui, a palavra curador deriva do latim *cūra* que significa cuidado, diligência, administração e, de *cūrator* que se define como “aquele/aquela que tem cuidado.” Com isso, o *Graffiti* tornou-se um convite às passantes bem como, para a própria cidade e seus trajetos. Por isso, elas nomearam as imagens numa interação poética que integram diretamente as superfícies urbanas, produzindo paridade poética e sensorialidades.

Por fim, as *Considerações Finais*, onde discorro sobre o processo da pesquisa, as perguntas que surgiram para serem aprofundadas em outras investigações e as perspectivas futuras para as mulheres refugiadas em São Paulo, no Brasil e no mundo. Nos Apêndices e Anexos consta o termo de livre consentimento e as imagens do diário do campo.

Diante do que é apresentado, esta pesquisa pretende contribuir não apenas para o campo de estudos de gênero, educação e refúgio, em um viés teórico-metodológico e para formulações de políticas públicas, mas também contribuir para urgência de escuta sensível de vozes e de vidas que se constroem na luta e na resistência: as vidas das mulheres refugiadas por serem mulheres e por não seguirem imposições racistas, sexistas e heteronormativas sobre seus corpos e seus amores.

## Imagem 1 Amores

Grafiteiro: Aleksandro Reis, Grupo Opni



Fotografia: MK, 2017

## 1 UM MEMORIAL E A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA

Escolhi como tema desta dissertação: mulheres negras, refugiadas por orientação sexual no Brasil, e suas autorrepresentações no contexto de refúgio. Talvez faça todo o sentido começar pela questão: mas, afinal, por que este tema? Pretendo responder a esta pergunta com base em minhas memórias e experiências de vida, elaborando aqui um breve memorial.

De fato esse memorial é uma obra manual e, em constante construção, um trabalho artesanal se constitui nos atos de fiar e tecer; desmanchar, reorganizar, recomeçar, entrelaçar e engendrar; fabricar e, conseqüentemente, apresenta-se como uma das mais antigas atividades humanas: narrar.

Não sei ao certo quando foi. Não se trata de datas exatas, é um *quando* enredado, embaraçado, existente em si mesmo, entrelaçado como rizomas em certos pontos da vida que se nega existir. Melhor chamar isso de resistência, e não de tempo cronológico. Aqui estou, daqui escrevo. No antes, agora e já.

Tomo o metrô numa São Paulo cinza. Faço sozinha o mais triste e angustiante de todos os trajetos. Chego ao meu destino final. Ouço uma autoridade que diz: “Eu não posso te proteger!” “Ou você sai de lá ou vai morrer!” Seguindo um curto tempo cronológico, apenas alguns minutos, eu ouço em silêncio e sigo rumo a última etapa deste itinerário sombrio.

Lembro-me do meu rosto desfigurado, num reflexo do vidro torto de uma janela qualquer do Instituto Médico Legal do Hospital das Clínicas, na cidade de São Paulo. Ao meu lado, uma mulher balbucia uma prece em espanhol. Sentada com a cabeça entre as mãos, rosto desfigurado, chorava baixinho e, por vezes repetia: *”No quiero morir! Tengo que huir!”*

É preciso reconhecer que entre os muitos males de toda violência física e psicológica contra mulheres, está o fato de que somos condenadas ao extremo limite do gesto desumano, na qual respondemos reciprocamente, por uma insuportável pressão moral e social que nos silenciam. Eu não conseguia falar, naquele momento, eu só permaneci calada.

Nesse momento, eu ansiava por sair dali; e ansiava pelo fim do dia; e ansiava para fugir. No entanto, tais decisões direcionavam para uma luta que só estava começando. Em

minha condição de mulher, eu me sentia imóvel sob o peso de um casulo atávico e, aparentemente, invencível. Dada a dificuldade de entender como mulher no seio da violência cotidiana.

Romper o ciclo de violência doméstica, física e psicológica que se estratificou por sete anos de minha vida parecia impossível. Pois bem, foi nesta ocasião que o início de uma luta minha pela sobrevivência, no terreno da vida cotidiana, na condição de mulher, subserviente à dominação masculina em que as sujeitas se movem e fazem irremediáveis escolhas, configuravam-se fatos que parecia avançar em direção contrária, num jogo de paradoxos em busca de liberdade, esta é uma questão grave, que impedia a realização do pleno potencial de trajetórias pessoais, como estudar e trabalhar. Além disso, eu precisava sobreviver.

Digamos que uma escolha crítica e mais ou menos difusa se esboçava. No meu plano de fuga, foram cartografadas tantas tarefas, tantas demandas e tantas perguntas, que fugir para sobreviver se converte em ato de transgressão. Fugir é dizer não. É permitir refugiar-se e cultivar esquecimentos para reconstruir novas lembranças e outras possibilidades.

Segui rumo à região norte do Paraná, a caminho da cidade de Jacarezinho o caminho parece que se apequena no horizonte. Durante o trajeto, eu escrevo minhas memórias de cada marca do corpo, elas não são apenas lembranças. São cicatrizes eternas. Mas aqui elas são fragmentos e estilhaços de uma guerra que esboça uma trégua.

Refiro-me assim ao início de uma nova batalha para permanecer no curso de graduação em Letras/Literatura, pois no âmbito geral dessa licenciatura em questão, obras literárias lidas e estudadas pelos graduandos no decorrer do curso nos direcionavam para um amplo debate sobre as mais diversas temáticas como a discussão de gênero por meio da literatura de autoria feminina.

Igualmente, o curso nos conduzia à prática de ensino/aprendizagem comprometida com uma leitura mais crítica da realidade, inserindo a problemática das hierarquias e estereótipos de gênero no ambiente acadêmico e que muito pouco eram discutidas por este viés. A literatura aparece como instância cuja função pedagógica está vinculada a estrutura curricular, sem ser observado o aspecto da fruição para além do senso comum, no território da diversidade. Vale dizer que no caso das ficções literárias – a sua relação com a realidade, verossimilhança ou a relação do leitor com a obra, a identificação – não só são motivos

para uma discussão para um campo aberto passível de construções e relações múltiplas. O narrador da biografia de *Orlando*, no livro de Virginia Woolf, relata como Orlando, debruçado sobre jornais e revistas literárias, “... Lia uma frase e levantava os olhos para o céu; levantava os olhos para o céu e abaixava-os sobre o jornal. Vida? Literatura? Converter uma na outra? Mas que monstruosa dificuldade.”<sup>2</sup>

Percebi a existência de práticas simbólicas de invisibilidade e silenciamento por parte da Academia, ficou evidente na medida em que não se problematizava as sexualidades de forma democrática em seus espaços institucionais, notadamente, nunca tivemos os espaços de discussão de violência contra mulher mesmo em cursos de extensão, palestras, eventos, atuação dos grupos de pesquisa com o desenvolvimento de atividades e ações para repensar as questões que envolviam essa temática.

Vale ressaltar, que mesmo diante da falta de espaços de discussão acerca dos temas: violência contra mulher ou assuntos relacionados à gênero e diversidade sexual, que passam a ser produzidos a partir da emergência dessas leituras e, vivenciadas no meio acadêmico.

É um desafio desconstruir as formas tradicionais da nossa concepção e a maneira tradicional como nos acostumamos lidar com esses assuntos. Em linhas gerais, esse é o contexto que permeia a minha trajetória até o final de 2007, período em que finalmente, consigo concluir a graduação e retornar à cidade de São Paulo.

Tive a oportunidade de inscrever em um curso de pós-graduação *Latu senso*, no Instituto de Artes na UNESP – SP para cursar Fundamentos da Cultura e das Artes. A pós-graduação culminou em um trabalho de conclusão de curso sobre cartões-postais: delineamentos de uma genealogia social a partir da investigação do gênero feminino nos postais, no período de 1890 a 1950, para compreender as possibilidades de verificação da concretização dos lugares de memória. Por que o cartão-postal cita a imagem, mas remete para uma genealogia social?

Desse modo, as questões relacionadas à memória e gênero, começaram a permear o meu repertório de estudos. Assim, ao concluir a especialização pensei em como seria o reco-meço, pois já precisava construir uma trajetória de permissões e descobertas.

Nesse contexto, em meados de 2011, surge a oportunidade de ensinar a língua

---

<sup>2</sup> Woolf, V. Orlando. 1978, p. 160.

portuguesa como voluntária, para imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, em um local improvisado para a acolhida dessas pessoas, na zona sul de São Paulo. Especificamente na periferia, no bairro do Jardim São Luiz. A ideia surge de um grupo de pessoas vinculadas à igreja católica e moradores da comunidade local, que distribuíram pequenos cartazes, que eram fixados nos comércios locais, convidando professores de língua portuguesa para ensinar de forma voluntária, um grupo de imigrantes de diversos países do continente africano.

Por esse motivo, entrei em contato com pessoas dessa comunidade e me prontifiquei a lecionar como voluntária o tempo que fosse necessário. Na ocasião, quando fui ao local conhecer o projeto inicial, percebi que tudo era improvisado, desde as cadeiras e mesas até a lousa. Assim, surge a oportunidade de conhecer a partir do contato com esse grupo, um pouco sobre o contexto social e histórico de suas culturas. E, conseqüentemente, estabelecer um contato diário que durou cerca de 3 meses. Considerando que por intermédio do diálogo e a compreensão da alteridade e da diversidade possibilitaram uma educação intercultural, correspondendo a uma realidade possível perante o desafio de compartilhar os ensinamentos.

Havia um grupo de 8 (oito) pessoas, composta por: 6 (seis) mulheres e (dois) 2 homens das seguintes nacionalidades: República Democrática do Congo, Moçambique e Senegal. O grupo era constituído por uma faixa etária entre 25 e 40 anos. Todos eram alfabetizados no seu país de origem.

Nesse caso, as pessoas de Moçambique já falavam português, mas tinham interesse em

Participar do curso, para entender as diferenças e similaridades do português falado em Moçambique com relação ao falado no Brasil e, conseqüentemente, interagir com o grupo que já se conheciam e tinham certa afinidade, pois eram moradores da mesma comunidade. Os demais participantes falavam francês e dialetos específicos de seus lugares de origem. Porém, sabiam se comunicar em português com algumas dificuldades.

Cabe aqui, explicar que o ensino era baseado na abordagem intercultural do português brasileiro através da literatura. A literatura desempenha papel de afirmação identitária, por comportar elementos culturais de um povo, mas sem se limitar a esta função. Mas, principalmente, a fruição das obras trabalhadas neste contexto.

É importante ressaltar que, por intermédio deles conheci a literatura de Meja

Mwangi, que nasceu no Quênia, em 1948, e testemunhou o processo de luta pela independência do seu país, que aconteceu em 1963. Estudou em escola católica, em Majengo, onde descobriu o gosto pela leitura. Estreou na literatura em 1973. Escreveu o romance *Carcaça para os cães*, publicado em Portugal.

É autor premiado e tem obras traduzidas para o francês, alemão, russo e japonês. *Mzungu* é seu primeiro livro publicado no Brasil. Em contrapartida, eu os apresentei Conceição Evaristo, que é Mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio, e Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Suas obras, em especial o romance *Ponciá Vicêncio*, de 2003, abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe. A obra foi traduzida para o inglês e publicada nos Estados Unidos em 2007.

Combinamos também um tipo de “ensino em movimento”, em que cada aula se concentrava em um processo de aprendizado com início, meio e fim, sem tarefas extraclasse; assim, seria possível que as faltas não prejudicassem o andamento do conteúdo planejado, através de uma abordagem por tarefas comunicativas.

Desse modo, teríamos como não prejudicar o processo de aprendizagem, pois eles faltavam às aulas por diversos motivos. A apostila inicial elaborada foi uma espécie de compilação de materiais autênticos, como por exemplo: a utilização de um mapa do metrô da cidade de São Paulo, bem como outro mapa, das linhas de ônibus que eles mais utilizavam para se deslocar pela cidade. Acrescentei folhetos dos postos de saúde e assim, todo material trabalhado tinha relação com as vivências cotidianas. Durante esse processo de ensino-aprendizagem, apareceram diversas informações sobre a vida pessoal deles/delas.

Os assuntos eram mais diversos. Até que um dia, uma das mulheres relatou o motivo de ter solicitado refúgio, de forma muito inusitada e repentina, relatou que se relacionava afetiva e sexualmente com mulheres e que em seu país era proibido esse tipo de relacionamento, foi então, a primeira vez, que eu compreendi a especificidade do refúgio. Ouvi atentamente o relato de dor, perda e escolhas forçadas, me aproximei dela e, por não saber o que dizer e o que fazer naquele momento, eu a abracei.

Com o passar dos dias, compartilhei minhas vivências, choramos juntas, rimos e discutimos de forma muito crítica diversas vezes. Cada vez que o grupo se reunia para uma atividade, havia acaloradas discussões sobre a política do país de origem. Inúmeras vezes,

eles saiam mais cedo da aula e um dos motivos principais, era a falta de estrutura que tinha nesse lugar. Tudo era improvisado. A lousa, os assentos e mesas, material escolar. E, ainda assim, dou-me por feliz em termos mantido as aulas por um período de 3 meses.

Compreendi que eles necessitavam de assistência social, jurídica e de oportunidade de recolocação no mercado de trabalho. Além disso, havia uma grande dificuldade em conseguir moradia, vagas em albergues e, principalmente, ajuda financeira das instituições de acolhida. Diante disso, eles/elas depois que conseguiram aprender a comunicação básica em língua portuguesa, deixavam de frequentar as aulas, e partiram em busca de um núcleo de acolhida, que de fato, lhes oferecessem mais oportunidades.

Vale dizer que, mantivemos contatos e, durante um o tempo que ainda permaneci na cidade de São Paulo, acompanhei as atividades e conquistas de alguns deles/delas. Assim, o contexto do refúgio passou a ter outros significados em vida pessoal e acadêmica.

Nesse período, o bairro do Jardim São Luiz passou por inúmeras modificações. O nosso galpão improvisado, foi substituído por um canteiro de obras, onde o projeto de construção de uma unidade da Fundação Casa foi edificado rapidamente. Assim, eu precisei tomar novo rumo.

Decidi retomar as aulas na rede pública de ensino como professora eventual. Logo que apareceu uma oportunidade de prestar um concurso, prestei a prova para o concurso para Professor de Educação Básica II em novembro de 2013 na cidade de Sorocaba, pois eu precisava mudar de cidade, a cidade de São Paulo com toda sua receptividade que não promove necessariamente, inclusão e integração. De igual modo, já não era mais o lugar.

Recomeçar uma nova etapa na cidade de Sorocaba trouxe-me a oportunidade de conhecer o Coletivo Mandala, antes de ingressar no curso de Mestrado em Educação. Felizmente, havia encontros semanais com um determinado grupo do Coletivo Mandala, que é um movimento social feminista e LGBTQIA da UFSCar - campus Sorocaba na luta pela diversidade sexual e livre orientação de gênero, em que o espaço de fala e acolhimento são de suma importância. Esse lugar configura o espaço que habitam a(s) memória(s) dos grupos, os quais, cada um com suas peculiaridades, têm muito a dizer sobre as vivências dentro e fora da Universidade. Algo que me chamou atenção foram os depoimentos, as novas descobertas de si e as histórias de superação.

Pude perceber que os mediadores/as do Mandala tinham consciência de que o



coletivo que estavam desenvolvendo situava-os como precursores de debates ainda obscuros na universidade. Participei poucas vezes, que foram importantes e significativas para o momento em que eu estava vivendo. A partir desse contato com o coletivo Mandala, iniciei um pequeno esboço do que poderia ser um trabalho de pesquisa com as mulheres negras refugiadas por orientação sexual. O que de fato resultou na elaboração do projeto de pesquisa.

Destaco também, a importância da atuação junto aos movimentos sociais para a construção de um espaço de diálogo, acolhimento e mobilização de pessoas que contribuíram de forma significativa para que esse projeto fosse abarcado pela cidadania, constituindo um passo importante para o amadurecimento da pesquisa que resultou na minha aprovação no processo seletivo do mestrado. No decorrer da pós-graduação, tive a oportunidade de participar de eventos que constituíram fontes fundamentais nas constantes buscas e apreensões de novos conhecimentos.

Nesse sentido, os trabalhos apresentados foram resultados dos conhecimentos adquiridos no âmbito das aulas, das trocas e compartilhamentos de informações com outros estudantes e professores de áreas afins e diversas. Com isso, os resultados dessa interação foram configurando-se em forma de artigos, participação como ouvinte e também, na forma de pôsteres e comunicação oral que foram apresentados em eventos acadêmicos.

A pesquisa provoca e envolve, contagia e é por certo tempo uma extensão de nós, por intermédio deste arcabouço teórico a dissertação de mestrado, sobre as mulheres negras e refugiadas por motivo de orientação sexual bem como as leituras e discussões no decorrer das aulas do mestrado e, conseqüentemente, as que foram cursadas como aluna especial, os grupos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual – NEGDS foram fundamentais para embasar teoricamente e estruturar esta pesquisa. O trabalho de campo por intermédio da pesquisa etnográfica é uma ferramenta epistemológica que alicerça a construção dessa dissertação.

Imagem 2 - Rompa o silêncio. você não está sozinha

Grafitagem: Grupo *Opni*



*Fotografia MK, 2017.*

## 2 OLHARES E PERSPECTIVAS SOBRE AS MULHERES REFUGIADAS

### 2.1 Panorama das mulheres refugiadas

As mulheres entram em cena num longo processo recíproco de reconhecimentos e subjetividades, percurso que revela uma discussão sobre a autorrepresentação da mulher negra, refugiada por orientação sexual no país de acolhimento. Assim, sua forma de estar e vivenciar as experiências de vida configura-se o seu “estar-em-si” no mundo que denuncia a condição de não-sujeita que essas mulheres são colocadas na sociedade brasileira.

Nesse contexto, as mulheres se inserem como refugiadas dentro de uma realidade em que elas representem uma minoria em nosso país, mas que programas de proteção, assistência e reassentamento são destinados especificamente a elas, devido à perseguição de gênero e outras situações de risco e violência a que estão expostas. O Brasil possui legislação específica para a matéria, a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, conhecida como o Estatuto dos Refugiados que regula as condições de solicitação do status de refugiado e a atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (DOU, 1997, p. 1).

A migração caracteriza-se, portanto, como um movimento de uma pessoa ou grupo de pessoas, que atravessam fronteiras políticas ou administrativas e seguem de um país para um outro território com o objetivo de viver ali de modo temporário ou definitivo. Este movimento pode ser voluntário ou forçado devido temores decorrentes de questões econômicas ou ainda decorrentes de perseguições políticas, de raça, de religião, de sexualidade e de gênero, dentre outras. Quando se é forçado a migrar, caracteriza-se como uma condição de refúgio. Essa definição encontra-se na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados ou Convenção de 1951 (SCHWINN e COSTA, 2016).

No Brasil, de acordo com o último relatório do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), 32% das 10.038 solicitações de refúgio foram feitas por mulheres no ano de 2016. De acordo com os dados do relatório “Tendências Globais” do ACNUR (a Agência

da ONU para Refugiados), 49% das pessoas refugiadas eram mulheres em 2016. Com políticas não orientadas a pensar as especificidades de gênero, raça e classe tais vulnerabilidades são invisibilizadas e a precarização situacional da mulher que migra respalda a ocorrência de tipos diversos de violência, seja ela psicológica, física ou sexual.

Por sua vez, o número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família, incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos. (LISBOA, 2006, p. 152).

Apesar desta alta porcentagem de mulheres refugiadas, Green (2011, p. 37), no entanto, afirma que “a história das mulheres fez o invisível tornar-se visível”, o mesmo ocorre especificamente para a história das mulheres refugiadas. Assim, pode-se afirmar que a história das mulheres, como forma visível, é aquela que se põe a aparecer e é também aquela que vê enquanto potencialmente capaz de (re)significar essa história que se põe a ver.

A história das mulheres transcende em finalidades e se supera, multiplicando-se ao infinito. Sendo as mulheres em situação de refúgio numericamente relevantes, elas podem contribuir para que esta invisibilidade na história seja contundentemente questionada criticamente, do ponto de vista de movimentos populacionais (ASSIS, 2007), ainda mais se forem atreladas às questões de raça, sexualidade e classe.

Desta forma, compreende-se que precisamos apelar para uma dimensão subjetiva que exige um olhar que se dirige para ver as mulheres e, ao mesmo tempo, para que se garanta que todos possam vê-las.

Parece necessário que recorramos às exigências de que os movimentos sociais sejam ainda mais atuantes e afirmados no que diz respeito aos direitos das mulheres e de suas condições de sujeitas na sociedade brasileira. Assim, de modo mais específico, também produzir uma escrita que destaca temas pertinentes à vida de mulheres negras em contraponto ao apagamento histórico dessas sujeitas (HOOKS, 2013) configura-se como a busca por uma memória ancestral, bem como pela valorização dos traços culturais que subscrevem uma luta coletiva.

No que diz respeito às questões de refúgio, as solicitações baseadas no gênero podem ser apresentadas tanto por mulheres quanto por homens, ainda que, em razão de determinadas formas de perseguição, elas sejam mais comumente apresentadas por

mulheres (ACNUR 2002a, 2002b, 2012). Estas solicitações baseadas no gênero costumam envolver atos de violência sexual, violência doméstica/familiar, planejamento familiar forçado, mutilação genital feminina, punição em razão de uma transgressão dos costumes sociais, e discriminação contra homossexuais (ACNUR, 2002b). Quando chegam aos campos de refúgio ou em outros territórios, as mulheres refugiadas ainda experienciam outros modos de violência por serem mulheres e refugiadas. Conforme analisaram Schwinn e Costa (2016).

Em razão da distância de suas origens e referências (local de nascimento, moradia, família); da indiferença oficial, com pouca ou nenhuma proteção governamental; dos abusos (sobretudo sexuais) e da estigmatização em razão da condição de mulher e refugiada, são diferentes as dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade (SCHWINN E COSTA, 2016, p.225-226)

Tais autoras caracterizam quatro tipos de violências que sofrem as mulheres em situação de refúgio: a) a *violência cultural*, que inclui a questão religiosa e étnico-racial, podendo provocar um "choque cultural" que dificulta a adaptação e a permanência destas mulheres; b) a *violência social*, que diz a respeito a pobreza, a dificuldade de acesso a serviços públicos e a moradia, dificuldades com a língua do local, a falta de garantia de direitos e do acesso às políticas públicas por sua condição de "estrangeira"; c) a *violência psicológica*, que é caracterizada pela perseguição sofrida no país de origem em razão do gênero e que intensifica na sua chegada com o duplo grau de vitimização na condição de mulher e refugiada, aumentando o grau de vulnerabilidade, de medo, de estigmatização, etc; d) a *violência sexual*, como o estupro, a exploração sexual e o tráfico a mulheres e meninas para fins sexuais; o assédio no local de trabalho, agressões físicas e de investidas sexuais. (SCHWINN E COSTA, 2016).

Há, portanto, casos de algumas jurisdições relativas às pessoas refugiadas que reconhecem a categoria "mulheres" como um grupo social específico em situação de refúgio. Isso não significa que todas as mulheres da sociedade se qualificam como refugiadas, porém, conforme afirma ACNUR (2012, p. 24), "as mulheres podem ter menos oportunidades econômicas do que homens, ou podem não estar aptas a viver separadamente dos homens membros da família e, isso deve ser avaliado no contexto geral do caso." o que as levam a se submeterem a situações de opressão e violência e desejarem emancipação ou mesmo refúgio.

No entanto, ainda se constata que os sujeitos migrantes eram representados como

sendo, de modo geral, de gênero masculino, sendo as mulheres e sua participação, muitas vezes, invisibilizadas em contexto de refúgio, conforme analisa Assis (2007).

Surge, nesse contexto, uma forte crítica desde meados da década de 70 de estudiosas de gênero e feministas no que se refere a situação específica de refúgio das mulheres. Em seu estudo, Assis (2007) afirma que não se pretende fazer uma cumulação, ou uma justaposição, entre as categorias “sexo” e “gênero”, mas, principalmente, ressaltar "a importância da inserção das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos e a necessidade de se lançar um olhar para as migrações que não apenas ressalte a sua participação, mas que contemple a perspectiva de gênero" (ASSIS, 2007, p. 751).

De igual modo, a construção dessa perspectiva é também alicerçada com base na representação exclusiva da heterossexualidade, como se o conjunto dos refugiados do planeta fossem necessariamente heterossexual, fazendo com que, além da especificidade da mulher ser ignorada nestas situações, esta também é destituída de outras vivências sexuais.

Por este viés, afirma Andrade (2017), sobre as mulheres não-heterossexuais recai não apenas problemas específicos relacionadas a lesbofobia, a sexualidade e de orientação sexuais, mas também as questões de gênero; o que necessita nos estudos migratórios e de situações de refúgio realizar um tratamento interseccional destas duas categorias (gênero e orientação sexual) no que diz respeito à opressão e à discriminação.

Ressignificar tais condições de sua orientação sexual dissidente do modelo heterossexual é reconhecer a imperativa necessidade de equidade na proteção dos direitos fundamentais à vida das mulheres e de combater a violência e discriminação de gênero que permanece afetando essas mulheres migrantes. Assim, o fato de serem mulheres (independentemente da orientação sexual) faz com que a emigração seja mais difícil para elas, uma vez que normalmente dependem social e financeiramente dos homens. Por intermédio dessa perspectiva, essas mulheres percorrem um *experimentum crucis* devido sua dependência dos homens (ANDRADE, 2017).

Entende-se que, ao se colocar em confronto tais categorias, configuram-se novos modos representativos de [re]conhecimento dos lugares de fala dessas mulheres, bem como as suas identidades. Entretanto, pode sinalizar uma mudança de perfil deste grupo, referente às mulheres negras, refugiadas por orientação sexual e pobres, onde há um projeto migratório individual – diferente daquelas que migram para acompanhar ou se

reunir a familiares ou aos seus maridos em um processo de coexistência “convencional” e “aceitável” no seio de uma sociedade patriarcal que busca acentuar assimetrias e desigualdades em relação aos que não se enquadram nesse perfil.

Evocando um diálogo pelo viés feminista em relação às representações da tradição hegemônica, provoca-se uma discussão sobre os sentidos afixados historicamente ao papel da mulher e põe em debate as categorias interseccionadas como espaço de subversão e resistência.

“O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. (DAVIS, 2018 p. 99).

Investigar as pesquisas nas relações de gênero permite incluir sujeitas e permite problematizar nesse campo de investigação aquelas que não eram sujeitas centrais de estudos, percebendo melhor as que são excluídas e privadas de direitos humanos não apenas na prática, mas também na letra da lei.

Nessa perspectiva “as forças que encorajam cidadãos a deixarem seu país têm relação com gênero, e precisamos investigar as sociedades que enviam os imigrantes para entender como as relações de gênero podem encorajar ou desencorajar a imigração” (GREEN, 2011, p. 42). Desse modo, por meio da análise das relações de gênero, é possível observar como a dinâmica entre raça, gênero e sexualidade podem transcorrer na sociedade com o intuito de subverter uma tradição patriarcal e suas forças de coação e coerção.

Vale dizer que, dentro de uma perspectiva teórica presente nos estudos de imigração até o início dos anos 1970 – era ‘cega’ em relação às diferenças de gênero, raça e etnia. Sublinha-se que “através dos relatos das mulheres refugiadas pode-se observar diferentes representações sobre os relacionamentos afetivos que cruzavam gênero, nacionalidade e raça” (ASSIS, 2007 p. 765). Assim, aquilo que é visível tem sempre aspectos invisíveis.

Vale ressaltar o que se pode ver no processo imigração ganha uma relação de proximidade com as coisas visíveis, mas também ganha uma relação de distância daquilo que não se vê, revelando uma ‘cegueira’ em relação à tríade gênero, raça e etnia nos modos de resistências (e resiliências) dessas vozes-mulheres insubmissas que resistem à deficiência visual patriarcal e denunciam as condições de não-sujeitas.

Há, portanto, um direcionamento outro, uma relação horizontal que não está

reduzida à esfera individual e sim, coletiva. Desse modo, evoca-se outra dimensão de análise, com base nas interseccionalidades entre gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; hooks, 2013), em que a partir desse recorte analítico, articula-se uma visão global das lutas afirmativas e das diferenças.

## **2.2 Mulheres refugiadas e as questões étnico-raciais**

O objetivo deste tópico é discorrer sobre refúgio e as questões étnico-raciais, é trazer algumas reflexões sobre os entrelaçamentos entre refúgio e essas questões tão invisibilizadas, articulado a outras categorias de diferenciação, nas mobilidades de pessoas refugiadas no contexto brasileiro contemporâneo, que se caracteriza por uma narrativa de aparente receptividade de refugiados concomitante ao acolhimento de um número bastante modesto de pedidos de refúgio em comparação com outros países do mundo.

Nesse contexto, as mulheres negras resistem e registram o apagamento histórico da população negra e que, contra todas as expectativas, sobrevivem perfazendo a interconexão entre raça, gênero, classe social e sexualidade no âmbito do refúgio.

No Brasil, esses questionamentos sobre os imigrantes internacionais não se tornaram tão centrais como em outros países. Como ressalta Carneiro (2004, p.73), “ainda que a ciência tenha desconstruído o conceito de raça, as teorias racistas ainda encontram eco num mundo cheio de intolerância e violência racial que articula gênero e refúgio.”

Os estudiosos sobre a distribuição de pessoas e grupos em camadas hierarquicamente superpostas dentro de uma sociedade se concentraram em três determinantes básicos da desigualdade: raça, classe e gênero (VALLE SILVA, 1981; HASENBALG E VALLE SILVA, 2003; RIBEIRO, 2003; AGUIAR, FERNANDES E NEVES, 2007; RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2009). Tais autores apontam as divisões étnico-raciais como os principais problemas no país receptor referentes à oportunidade de trabalho, integração e inclusão do trabalhador(a), no contexto imigratório. De tal modo, essa problemática está articulada em vários graus e modalidades de violência e, conseqüentemente, articula-se também com a violência contra imigrantes, que são hoje ainda pouco estudadas e discutidas no Brasil. Nesse caso, uma abordagem sobre os aspectos étnico-raciais que condense um tensionamento das articulações de raça, gênero e sexualidade. Por sua vez, evoca uma necessária discussão sobre (re)construções de subjetividades/identidades das mulheres negras no processo de imigração forçada e que são



incluídas na categoria de grupo social para fins de proteção. Um horizonte mais amplo permite ver o avanço das políticas neoconservadoras e a falta de alternativas socializantes ou mais democráticas quando se observa apenas um dos aspectos da migração sem direcioná-lo à complexidade dos “tensionamentos” que se fazem necessários nesse contexto.

Nesse sentido, as refugiadas encontram o racismo, a violência e a discriminação não só como fator de expulsão da sociedade de origem, mas também como fator de exclusão na sociedade receptora. Há nesse fator, uma neutralização do que é estar nas condições de refugiadas e, principalmente, excluída do espaço de acolhimento e da responsabilidade moral.

Evitar as múltiplas formas de violações de direitos humanos das mulheres refugiadas por motivos raciais, orientação sexual, sexismo e misoginia é uma tarefa fundamental da política nacional e são fatores que devem ser considerados, dialogados e combatidos. E, conseqüentemente, isso vem ocorrendo de forma crescente no Brasil, mais que ainda demonstra que há muito a ser feito para haja segundo Zygmunt Bauman, uma “fusão de horizontes.” Para tanto, é preciso desconstruir preconceitos e estigmas.

Vale ressaltar que o recorte de gênero, raça e classe, têm “instigado os estudos migratórios a lançar um olhar outro para o processo migratório e questionando seus pressupostos teóricos” (ASSIS, 2007 p. 767). Com isso, deslocar as representações calcadas na teoria que invisibiliza a mulher negra - pobre e cuja orientação sexual diverge da hegemônica no contexto migratório - para construir percursos que revelam uma posição de agente diante do seu contexto, cria espaços para que a mulher negra assuma o discurso sobre seu corpo, suas afetividades, suas dores, suas identidades e constitua o lugar de sua fala diante dos processos de violência, pelos quais passam de (objeto/corpo) para o lugar de sujeita.

“As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a um a reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas.” (DAVIS, 2018, p. 99).

Basear-se na compreensão do refúgio em território nacional como um processo, encontra-se uma trama de relações, nas quais as mulheres entrevistadas estiveram envolvidas: o contexto de perseguição, deslocamento e a chegada e permanência. De maneira geral, a

partir de suas narrativas é possível entender que diante da dificuldade de serem aceitas ou de se estabelecerem no país, há marcas de silenciamentos e invisibilidades que vão sendo desveladas.

Diante disso, os discursos hegemônicos construídos sobre os corpos das mulheres negras, redimensionadas para caber nos estereótipos racistas, parece não configurar um espaço de escolha para elas na sociedade enquanto representações que invisibilizam a mulher negra, pobre e refugiada e, ainda mais, quando a sua tão temida orientação sexual revela uma mulher que é sujeita, dona do seu corpo e sexualidade, desafiando, portanto, o modelo patriarcal.

Como foi dito, apenas parece que não há brechas, rupturas e transformações destas visões hegemônicas, mas o que elas dizem de suas próprias experiências, suas táticas e estratégias? Nesse caso, analisar as perspectivas traçadas por essas mulheres nos direciona para uma textualidade feminista/poética que rompe com a censura destinada a essas sujeitas, traçando outras rotas para os procedimentos racistas e sexistas imputados às mulheres negras, lésbicas e refugiadas.

### **2.3 As mulheres refugiadas no mundo**

Retomar a revisão da literatura internacional sobre a mulher refugiada, bem como, sobre o tema do refúgio nos mostrou que não há a devida atenção ao estudo deste tema, especialmente por não serem consideradas como assuntos centrais em determinados campos do conhecimento e de formulações de políticas públicas.

Poucos estudos são encontrados, mas o que se ressalta naqueles existentes é que as mulheres são praticamente invisíveis ou totalmente tidas como dependentes dos homens, ou mesmo são representadas como agentes passivos dos processos migratórios e não como protagonistas (LISBOA, 2006; MORALES, 2007). Nesse sentido, esta “despolitização” ou “invisibilidade do protagonismo feminino” podem ser particularmente agudas no que diz respeito às mulheres solicitantes de refúgio e refugiadas, uma vez que tendem a incorporar um tipo particular de “impotência” no imaginário ocidental (MALKKI, 1995).

Trata-se de uma questão de rigor ético e político, além de acadêmico-científico, inserir a perspectiva de gênero nos estudos demográficos sobre o refúgio. Conforme afirma Morales (2007), analisar a migração feminina, desde a perspectiva de gênero significa reconhecer que as diferenças entre homens e mulheres não correspondem necessariamente

biológica, mas a uma construção social, cultural e histórica das relações de poder. O incremento dos estudos de gênero torna evidente às superposições dessas formas e como elas se tornam oblíquas estabelecendo uma trama que as sustentam.

Apoiando-se nesse entendimento, Harrell-Bond e Voutira (2007 p. 298) avaliam que estudos ‘sobre’ refugiados vêm caminhando para estudos ‘em nome de’ refugiados, mas que, conforme afirma Lammers (2007 p.72), devem se configurar nos estudos ‘com’ refugiados. Consequentemente, com esta última configuração deve-se considerar que as especificidades histórico-culturais de gênero, raça, classe e sexualidade, de modo interseccional, passariam a ser necessariamente analisadas.

No entanto, conforme Coelho (2010) a categoria refugiado tem sido despolitizada e “(des)historicizada” pela comunidade internacional e organizações de intervenção humanitária, reduzindo-o a uma vítima em sofrimento, sem voz, sem capacidade de ação ou de decisão sobre a sua própria vida. Diante dessa categorização, “o refugiado perde a sua memória histórica e singularidade, a sua capacidade de ação política, para se diluir numa massa anônima: de homens, mulheres e crianças, pensados como categorias universais” (MALKKI, 1996, p. 377).

Portanto, o espaço para multiplicidade de vivências e subjetividades possibilitaria ressaltar, principalmente, as questões de gênero, que são frequentemente silenciadas em tais pesquisas de caráter universalizantes, como já apontaram Eastmond (2007) e Malkki.

Nesse sentido, Eastmond (2007) critica ainda a ideia da “experiência do refugiado” como uníssona e homogênea o que se conecta diretamente à concepção estereotipada da pessoa genérica e abstrata do “refugiado”. Tal autora ainda salienta que técnicas qualitativas, como narrativas buscando captar a produção de sentido a partir de experiências singulares subjetivas, “permitiriam desconstruir a concepção universal que marca a categoria de refugiado, criando espaços para as percepções plurais sobre processos migratórios diversificados.” (EASTMOND, 2007 p. 264).

Portanto, consciente da multiplicidade de vetores de opressão que atingem essas mulheres refugiadas, refletir sobre ressignificação da categoria refugiadas construída para as mulheres negras, suas identidades, seus corpos e sua posição de [possíveis] produtoras de discursos, as colocam diante de uma experiência defractada e diversa.

Cabe aqui sublinhar que, “para um refugiado, o significado social de “refugiado” é

muito diverso do sentido que lhe atribuem os oficiais e técnicos de organizações humanitárias e de instituições responsáveis.” (COELHO, 2016, p. 15). Ora colocado como categoria universal, ora como categoria relacional, também o ‘gênero’ se mantém com significado esvaziado quando direcionado à mulher e, principalmente, à mulher negra.

De acordo com Turton (2003, p. 16) “é necessário mudar o olhar sobre os refugiados, reconhecer a sua voz ativa e importância do seu envolvimento nas ações de integração.” Do mesmo modo, Coelho (2010) sugere que a antropologia social e cultural pode ajudar a desconstruir a imagem dos refugiados como receptores indefesos e passivos, assinalando o seu potencial papel ativo para lidar com as consequências da experiência de refúgio.

Tecer considerações sobre a significação da categoria refúgio, configura um certo tensionamento das demais categorias de raça, gênero e orientação sexual que, por sua vez, evoca uma discussão sobre (re)construção de subjetividades das mulheres negras no contexto do refúgio, não como eternas subalternizadas mas, construtoras de elementos que fazem parte da sua identidade autoral e de resistência. Sendo assim, é imprescindível localizar a mulher negra nesta desconstrução de subalternidade e cartografar os seus percursos de protagonismos.

“É fundamental atentar para as implicações metodológicas mais amplas de tal abordagem. Nossas histórias nunca transcorrem isoladamente. Não podemos contar de fato aquelas que consideramos ser nossas histórias sem conhecer as outras narrativas. E, com frequência, descobrimos que essas outras narrativas são, na verdade, nossas próprias narrativas. Esse é o conselho da socióloga feminista negra Jacqui Alexander: “Conheçam as narrativas de suas irmãs.” Trata-se de um processo dialético que nos exige recontar nossas narrativas constantemente, revisá-las, recontá-las e relançá-las. Desse modo, não podemos fingir que não conhecemos as conjunturas de raça, classe, etnicidade, nacionalidade, sexualidade e capacidade.” (DAVIS, 2018, p. 124).

Em que pesem os diversos debates teóricos e conceituais sobre a categoria refugiado, parece serem as violências (e não o desejo) os marcadores principais da decisão que justifica o deslocamento de refugiados/as. De certo modo, isso ajuda a explicar a “coincidência” da migração forçada em massa, bem como a ascensão da xenofobia, do racismo e da multiplicidade chauvinista de nacionalismo; e o avanço eleitoral ao mesmo

tempo assustador e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas, misóginos, sexistas e de seus líderes vocacionados para guerra e que, impedem a reivindicação das humanidades que foram negadas às mulheres lésbicas, negras e refugiadas.

Invocar um tipo potencial de solidariedade transnacional/intergeracional, significa uma oportunidade de rompermos com o individualismo que segrega, exclui e deslegitima essa mulher pela norma colonizadora e, conseqüentemente, por uma hierarquia violenta.

Portanto, repensar a violência que uma parcela da sociedade articula por intermédio de uma ardilosa manipulação política, que multiplica seus efeitos tentaculares por meio desses marcadores e, que determina quem deve ir ou quem deve ficar, faz dessa categoria “refugiado” o *continuum* da violência que multiplica seus efeitos de modo exponencial (MALKKI, 1996).

## 2.4 Refugiadas por orientação sexual

O Brasil tem seguido as diretrizes do ACNUR<sup>3</sup> (2002a, 2002b, 2012) e concedido o refúgio para solicitantes que tenham tido o fundado temor de ser perseguidos em função de suas orientações sexuais ou identidades de gênero.

Parte-se da premissa de que estes solicitantes devem ser entendidos enquanto pertencendo a um “grupo social específico”. O primeiro caso de concessão de refúgio a um sujeito LGBTI que se tem notícia no Brasil foi em 2002 (LEÃO, 2007) e constata-se, nos últimos anos, o aumento do interesse acadêmico por essa temática no país.

Discorreremos sobre um levantamento da produção acadêmica brasileira que diz respeito especificamente à questão do refúgio por motivos de orientação sexual e identidade de gênero, bem como analisar essa bibliografia, indicando em que áreas do conhecimento têm sido produzidas e quais as formas de divulgação anais de congressos, artigos científicos e, também, por intermédio da disponibilização de pesquisas e dados da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar que conta com a parceria do ACNUR, por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, para a promoção dos direitos das pessoas em situação de refúgio no Brasil, firmou um acordo de cooperação que estabelece um termo de referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das

---

<sup>3</sup> <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf> 2002a, 2002b acessado em 07/2017.

três linhas de ação – educação, pesquisa e extensão – e envolve a atuação do Comitê Nacional para Refugiados –CONARE órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça do Brasil.

Nesse sentido, por intermédio da Portaria GR nº 941/08<sup>4</sup>, a Universidade Federal de São Carlos regulamentou o ingresso nos cursos de graduação presenciais de pessoas em situação de Refúgio no Brasil. Uma das iniciativas que contempla o acesso ao Ensino Superior, que é garantido na UFSCar a partir da reserva de vagas adicionais nos cursos de graduação, em seleção específica realizada desde o ano de 2009.

Vale ressaltar que a universidade passou a realizar o devido processo seletivo específico, com oferta de no mínimo uma vaga adicional em cada curso, para seleção de pessoas em situação de refúgio. A fim de se atingir o objetivo proposto por esta pesquisa, foram consultados diretórios de busca gerais (como Google Acadêmico e Scielo), bem como periódicos brasileiros especializados nos temas de imigração e refúgio (como “Travessia”, “REMHU” e “Cadernos OBMigra”).

Durante o levantamento de dados para a realização desta pesquisa, foram verificados também os bancos de dados referentes a teses de doutorados e dissertações de mestrados.

Desde 2012 (data das duas primeiras publicações específicas sobre o assunto) até maio de 2017 foram publicados 24 trabalhos, sendo: 1 dissertação de mestrado (ANDRADE, 2017); 4 TCCs (MULLER, 2012; SOBREIRA, 2014; MENDES, 2016; SILVA, 2017); 8 artigos publicados em periódicos (ANDRADE, 2015a; 2016a, 2016b; FERNANDES, 2016; FRANÇA e OLIVEIRA, 2016; OLIVA, 2012; SILVA, 2016; SOBREIRA, 2015); 1 livro (MENDES, 2017); 1 capítulo de livro (SILVA, 2015); e 9 trabalhos em anais de congressos (ANDRADE, 2015b, 2016c; MENDES e GORISCH, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d; ANDRADE, 2016d; NASCIMENTO, 2015, 2016). Tal produção foi realizada por 9 autores/as, sendo: 1 doutora em Antropologia; 1 mestre em Antropologia; 1 mestre em Direito; 1 mestrando em Direito; 1 graduada em Direito; e 4 graduados em Relações Internacionais.

No que se refere à produção acadêmica brasileira acerca da temática de refúgio por

---

<sup>4</sup> PORTARIA GR Nº 941/08- Regulamenta o ingresso de refugiados políticos nos cursos de graduação da UFSCar. A Lei nº 9474/97, de 20/07/97, que define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, prevendo em seu art. 44 que “o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverá ser facilitado, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados

motivos de orientação sexual e identidade de gênero, tem-se as seguintes conclusões: trata-se de um tema ainda recente no Brasil, sendo que os dois primeiros trabalhos foram publicados em 2012 (OLIVA, 2012; MULLER, 2012); destaca-se a produção feita em forma de anais de congresso, seguida por artigos publicados em periódicos e TCCs; há ainda poucos/as pesquisadores/as e estudantes/as que se debruçam sobre esse tema, sendo que suas áreas acadêmicas são: Antropologia, Direito e Relações Internacionais.

Ressaltam-se os estudos de Andrade (2017) que analisou organizações da sociedade civil que trabalham com refugiados LGTBIs na cidade de São Paulo. Tratou a orientação sexual como importante categoria analítica para os estudos de migração e refúgio, bem como as redes sociais inter-relacionadas por solicitantes e refugiados/as não-heterossexuais e, de igual modo, os desafios enfrentados no acolhimento (2016a); e os de França (2015, 2016), que apresentou a migração de brasileiros para Barcelona, atraídos pelo discurso de liberdade e fruição, e a interrelação: migração, desigualdade social e sexualidade.

Na área do Direito, Oliva (2012) e Nascimento (2015, 2016, 2017) contribuíram com a produção acadêmica ao analisar o critério de concessão por grupo social e afirmar a possibilidade do reconhecimento de pertencimento a grupo específico LGTBIs. Sobreira (2014, 2015) abordou como se mantém o preconceito, intolerância e discriminação aos refugiados LGTBIs. Nas Relações Internacionais, Muller (2012) e Mendes (2016, 2017) analisaram a perseguição a LGTBIs e a consequente relação com a condição de refúgio no Irã e na Rússia.

Destacam-se também, Gorish e Mendes (2016a, 2016b, 2016c, 2016d) que trabalham sobre as contradições de um Brasil que recebe refugiados LGTBIs sendo um potencial criador da condição de refúgio, pois contraditoriamente, relatórios de Direitos Humanos apontam persistência da discriminação e violência contra pessoas LGBTI em diversos âmbitos da sociedade Brasileira, já que no Brasil não há uma agência oficial de armazenamento de dados específicos de atos contra LGTBIs.

Conclui-se, de modo geral, um panorama da pesquisa realizada, que é urgente a necessidade de novos estudos e um aprofundamento da temática dos refugiados por orientação sexual no mundo e, em específico, no Brasil.

### 3 ETNOCARTOGRAFIA E A TRAJETÓRIA DE MULHERES REFUGIADAS EM ATOS, FATOS E LUGARES

Com o objetivo de analisar como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual, no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva, esta pesquisa foi construída na perspectiva de que o trabalho de campo, a observação participante e a escuta atenta são possibilitadores de uma apreensão específica das vivências das mulheres envolvidas na pesquisa, por intermédio de suas biografias e as narrativas.

As referências teórico-metodológicas para tomar o cotidiano como perspectiva metodológica procura apoiar-se na importância da construção de estratégias de observação do cotidiano, sem enquadrá-las em teorias que a aprisione em conceitos, e aqui fundamentou-se na abordagem da sociologia do cotidiano de José Machado Pais (1993).

À sociologia do cotidiano interessa mais a mostração (*do latim mostrare*) do social do que a sua demonstração, geometrizada por quadros teóricos e conceitos (ou preconceitos) de partida, bem assim como por hipóteses rígidas que à força se procuram demonstrar num processo de duvidoso alcance em que o conhecimento explicativo se divorcia do conhecimento descritivo e compreensivo. (PAIS, 1993, p. 110).

Cabe aqui, pensar que a sociologia da vida cotidiana pode ser caracterizada por uma “lógica de descoberta” que se afasta da lógica do preestabelecido. A meta, no entanto, seria justamente a compreensão da realidade que se observa e que não lhe é acessível. E, que essa sociologia é uma sociologia “matreira” feita de “ratices” que faz do pesquisador um “interes- sado por tudo o que seu olhar oblíquo possa agarrar; manter-se ao rés das coisas mas vê-las todas, numa obstinação miúda e picuinhas. (PAIS, 1993, p. 113).

A escuta atenta de seus testemunhos de vida, registros de imagens e fontes documentais permitiu colher informações de um modo inesperado, amplo e aprofundado, tendo em conta que estes relatos podem incidir não apenas sobre as suas próprias vidas, mas igualmente sobre a vida em comunidade, os valores, a relação com os outros, o passado e o presente, dando conta das dinâmicas, relações e percepções. O olhar, o ouvir e o escrever apontados como “atos cognitivos” que nos permitem no contexto de diálogo, numa relação dialógica, observar como os dados se constituem (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

Há neste percurso teórico, o registro da multiplicidade de pessoas, demandas individuais e coletivas para compor o grande mosaico de reflexões e experiências, em que o



ponto de partida fundamental, foi estabelecer uma relação de confiança com as interlocutoras, que permitisse a qualidade de relacionamento e de comunicação e, conseqüentemente, que se sentisse o mais confortável possível. A relação dialógica só é possível de ser estabelecida por intermédio da familiaridade com as pessoas envolvidas na pesquisa e, que possibilita a “fusão de horizontes”, condição fundamental para um verdadeiro diálogo (OLIVEIRA, 1996, p. 19-21).

Desse modo, uma das inquietações sentidas foi precisamente assegurar a qualidade de relacionamento que seria a base para o estabelecimento de uma comunicação plena. Assim, a partir da observação participante, sobretudo no contexto de deslocamentos pela cidade de São Paulo, nos locais de ponto de encontro das mulheres entrevistadas, mas também em outros locais públicos, tais como: restaurante Bom Prato, ruas onde elas trabalham vendendo mercadorias e no transporte público, foram observada as formas de transitar nesse espaço e a ele ter acesso, participar e adquirir significado político.

Cabe aqui, ressaltar que os registros etnográficos foram anotados, da forma mais minuciosa possível, os acontecimentos ocorridos em campo, assim como as impressões subjetivas decorridas destes acontecimentos. Ao dialogar também com história oral para análise das entrevistas colhidas e do diário de campo, nos direciona para a ampliação do espectro metodológico da pesquisa em questão.

De acordo com Fonseca (1999), como pesquisadores, antes de qualquer procedimento de pesquisa temos que entender como se constitui o processo comunicativo entre os sujeitos. A autora ainda sinaliza que a etnografia não é tão aberta como parece, pois é parte das ciências sociais e, portanto, exige o rigor com dimensionamento social, político e histórico do comportamento humano. Assim, a autora indica que a partir dos fragmentos do diário de campo são construídas narrativas que dão lugar a enredos e encenações instituídos para se construir uma relação dialógica com propósitos existentes. O texto etnográfico é construído na possibilidade de encontro com o outro, respeitando a maneira como as diferenças se entrecruzam na relação dialógica que se constitui no decorrer da pesquisa de campo.

De acordo com Fonseca (1999), o objetivo da etnografia, neste caso, é o dissipar a oposição entre ‘eu’ e o ‘outro.’ De tal modo que a possibilidade de encontro com o outro possa aproximar a etnografia da cartografia. A partir dos mapas socioafetivos, campos para a reflexão sobre o deslocamento social, afetivo e simbólico dessas mulheres.

Por este viés, é possível pensar o diário de campo como um dispositivo que

comporta em suas entrelinhas o desvelar do social, por intermédio da observação e processo interpretativo do trabalho de campo. Segue nesta pesquisa a perspectiva de Weber (2009, p.157) em que “[...] parte expressiva do ofício do etnógrafo reside na construção do diário de campo. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica”. É assim uma técnica de observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social.

É o diário que permite o distanciamento indispensável na pesquisa de campo, e que permitirá mais tarde a análise do desenvolvimento da pesquisa. É também o diário que mostra, a cada etapa da reflexão, os laços entre as diversas hipóteses levantadas pelo pesquisador e o momento da pesquisa em que essas hipóteses foram reformuladas. É o diário por fim que permitirá efetuar, na medida do possível, uma autoanálise. (WEBER, 2009, p. 168)

O diário de campo se constitui em caminhos que ora se afastam e ora se entrecruzam dependendo das "cartografias" de onde partimos, por onde andamos e aonde desejamos aportar – ainda que não haja nunca a certeza de que chegaremos ao final da jornada. Assim, esse trajeto se faz ao trabalhar a oralidade, a escuta e a observação participante mostrando a importância de se manter uma relação construída pelo diálogo. Assim, as fontes orais não são coisas a serem encontradas, mas co-criadas pelo pesquisador. Como afirmou Portelli (2016, p. 10), as “[f]ontes orais são geradas em um troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção”.

É importante frisar que nesse contexto, a história oral é a “arte da escuta” que se constitui pelo diálogo que forja a realidade por intermédio de uma interpretação que situa a si mesmo e aos outros no “discurso dialógico” de co-criação, pois tudo é colhido nesse processo em si não aparente, que se estrutura sob uma forma de comunhão.

Vale dizer que, andar pela cidade, dialogar sobre ela, faz a tríade: corpo-cidade-refúgio ou mesmo o corpo-coletivo, pois são mulheres andando em grupo, observando a cidade e seus espaços. É uma ação que traz certa segurança e possibilidade de interação maior. Talvez uma realidade social que esboça um possível desvelar. Assim, “é o revelar da vida social na textura ou na espuma da “aparente” rotina de todos os dias como a imagem latente de uma película fotográfica” (PAIS, 1993 p. 111).

Transitar pela cidade, pelas ruas, guetos e vielas observando os gestos nos seus pormenores e, muitas vezes, esquecendo-se de observar alguns detalhes, atenta a tantos outros e, observar que elas são capazes de fazer articulações capazes de romper, “borrar”

fronteiras sem destruir as pontes de conexão entre elas, nesse trilhar o mesmo caminho. Para tanto, ressalta-se que um dos interesses da sociologia do cotidiano é o a da busca contínua (entre o micro e o macro social) dos descontínuos que percorre, do "acidente das coisas que acaricia." (PAIS, 1993 p. 114).

Vale ressaltar que os caminhos investigativos transitaram pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, tomando o cotidiano dessas mulheres como perspectiva metodológica e agregando registros etnográficos, que mostra nesse percurso a existência de tensões acerca do conceito e significado do que vem a ser o refugiado.

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados –, é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] (GEERTZ, 1973, p. 20).

Já que neste contexto, uma das mulheres participantes da pesquisa não se identifica como lésbica, mas relaciona-se afetiva e sexualmente com mulheres; em uma determinada ocasião, uma delas afirmou mesmo que não tivesse solicitado refúgio, seria subjetivamente, refugiada. Nesse caso, “a revelação do social não obedece a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia.” (PAIS, 1993, p. 112).

Recompondo uma capacidade de ação, de uma sujeita que se dá na contingência e se coloca como identidade política. Há, portanto, o movimento das categorias mulheres-negras- lésbicas, que são colocadas constantemente em conflito. E, por consequência, a condição de refúgio é também colocada em conflito. Assim, no escopo dessa pesquisa-vivência, destacam-se a atuação de três mulheres capazes de se multiplicarem infinitamente.

Invocando uma aquarela afro-brasileira que compõe os seus gestos testemunhais, como modo de tirar da indizibilidade de suas histórias de vida o espectro do peso inaudito. Tendo assim, a presença de interlocutoras para suas falas recíprocas e, talvez, como contra-estratégia de se colocar em questão as fronteiras, reconstruindo pontes de forma crítica sobre suas condições e seus posicionamentos políticos. Nesse contexto, elas serão identificadas pelas letras iniciais de seus respectivos nomes, pois o anonimato foi um combinado que nos concedeu a liberdade para tecer os fios díspares dessa trama, formando um mosaico de importantes informações para que possamos enfim, senão conhecê-las, estar em comunhão com elas. Segue abaixo a tabela em que se descreve

objetivamente o perfil de cada uma delas:

Tabela 1: Marcadores Sociais: Identificação das Mulheres Entrevistadas.

Nome	País de origem	Idade	Estado Civil	Etnia/Raça	Orient. Sexual	Grau de Escolaridade	Classe Social	Ocupação
A.W	Uganda	28	Solteira	Negra	Lésbica	Ensino Técnico	E	Vendedora Ambulante
M.K	República Democrática do Congo	37	Solteira	Negra	Lésbica	Superior Completo	D	Vendedora Ambulante
L.L	Moçambique	34	Casada	Negra	Lésbica	Superior Completo	D	Aux. Adm.

Fonte: Dados referentes à pesquisa de campo.

Houve, assim, um primeiro encontro com as entrevistadas em que foram explicados os objetivos da pesquisa e alguns aspectos importantes antes de uma possível entrevista, tais como: o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) de acordo com os preceitos do comprometimento ético a partir do contato com a realidade existencial das mulheres envolvidas na pesquisa, bem como o uso de imagens e dados na dissertação conforme o que foi permitido. Neste termo consta a explicação da importância da pesquisa pela relevância social do tema, em que se constitui como um parâmetro para se conhecer a realidade e a condição em que vivem, enquanto mulheres que solicitaram refúgio no Brasil, cujo fundado temor se relaciona a perseguições motivadas por orientação sexual e, também tendo em conta a escassez de estudos/informação sobre pessoas refugiadas e nas condições de solicitantes de refúgio.

No que diz respeito a garantia da confidencialidade da informação, do anonimato e a condição de que só falariam daquilo que desejassem e se sentissem confortáveis para expor foram os principais norteadores éticos da pesquisa. Assim, algumas etapas das entrevistas foram realizadas no espaço público, sendo duas etapas realizadas via skype. Todas as entrevistas foram realizadas em língua portuguesa.

No capítulo seguinte os encontros com cada uma delas é apresentado como um *breve memorial de cada uma e com as falas destas mulheres*, suas experiências, suas histórias de vida com os momentos também vividos nestes encontros (e também posteriores a eles) e registrados em alguns trechos disponibilizados no diário de campo. (Apêndice).

## 4 OS ENCONTROS COM AS MULHERES

### 4.1 A.W. - Devir de memória entre o Luto e a Luta

A.W é uma jovem mulher de 28 anos, que possui a pele tão brilhante e tão lisa sob as nuances do sol intenso, que se assemelha ao mel brotando do favo escuro. Mantém os cabelos curtos quase sempre cobertos por turbantes ou lenços estampados. Mas, algumas vezes, durante a pesquisa de campo, eu os vi trançados e “coloridinhos”.

Cresceu vendo a miséria, a violência dia a dia, na periferia de *Mwizi*, Uganda<sup>5</sup>. Concluiu o equivalente ao Ensino Técnico em seu país de origem, e chegou ao Brasil em março de 2015. Para entender sobre a especificidade do refúgio, A.W, de acordo com a lei 9.474/97 Art. 1º, inciso III, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, foi obrigada a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. Nesse caso, o Brasil. Entretanto, com relação a sua orientação sexual ela se considera refugiada de forma “subjetiva.”

Ao ser questionada sobre o motivo de não ter solicitado refúgio, por motivo de sua orientação sexual, ela referiu que mesmo o Brasil não tendo uma lei que pune o relacionamento homossexual, em suas palavras: “pode ser bem pior.” Em suas palavras: *Aqui, eu não falo nada.[...]Aqui, a minha cor, o meu gosto por mulheres e por ser mulher, eu posso morrer. A lei existe? Por que morre tanta gente que é assim?*

Contudo, nessas falas transbordam matéria incandescente com que se processam múltiplas interpretações sobre a violência letal noticiadas pela imprensa; casos relatados pelas mulheres com quais convive e que já sofreram algum tipo de discriminação e preconceito ou violência física e psicológica em nosso país devido sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ouvi atentamente sua explicação sobre ser mulher negra, refugiada e lésbica no Brasil. Na ocasião, sua resposta foi: ‘não falar nada’ maneira indireta e disfarçada de amar às escondidas, mas legítima como todas as maneiras. E afinal, como arriscar a própria vida, em um país que: por ser negra, por gostar de se relacionar afetiva e sexualmente com

<sup>5</sup> Uganda é um país Africano que se localiza na parte central do continente. Possui 34 milhões de habitantes. A língua oficial era apenas o inglês até 2005, quando foi adicionada a língua suaíli. Uganda é um país majoritariamente cristão, em que 83,9% da população segue esta doutrina, sendo 12% de muçulmanos. O país é uma república democrática representativa presidencial e, atualmente, o Presidente de Uganda é Yoweri Kaguta Museveni. Está no poder após através uma revolta conduzida pelo Exército de Resistência Nacional (“National Resistance Army” ou NRA), em 1986 mas foi democraticamente eleito em 1996, permanecendo no cargo até os dias atuais.

mulheres e por ser mulher, corre-se também, o risco de morte. Nesse sentido, lidar com as diversas formas de opressão tanto dos brasileiros, quanto da comunidade africana aqui no Brasil, são desafios que na sombra tênue do pernicioso silenciamento ao redor dela se confunde e se mistura num sentimento enganoso de autoproteção.

Romper o silêncio é preciso. Assim, ao ser questionada sobre esse rompimento após ter negado veementemente, que jamaisalaria sobre sua vida pessoal aqui no Brasil, ela afirmou: *Você entende o que eu passo. E você sofreu violência. Você é mulher. É branca, mas é mulher.* Nossas confidencialidades se cruzam e abrem espaço para um vínculo de confiança. Em suas palavras: *No meu país, um griot (Jali) ouve a sua dor e conta a dor que a aflige. É uma troca. Assim, a dor compartilhada vai embora.* Neste dolente ir e vir há uma importante lição sobre sororidade *Ad aeternum*. Além disso, há em sua fala, uma “mulher” que rompeu com a universalização da categoria mulher.

“Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social e, vai experimentar gênero de uma outra forma.” (RIBEIRO, 2017, p.61).

Abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta outras intersecções, como raça, orientação sexual e a condição de refúgio nesse contexto, é tirar da invisibilidade de análises simplistas, ressignificando o seu lugar de fala.

Notei em seus movimentos aproximações das mãos e pés na fronteira movediça dos gestos, uma tentativa de desembaraçar-se juntando pedaços de memória para compor o seu *relegare* junto às mulheres com as quais compartilha casa, comida e reciprocidades.

Lembro-me quando a conheci foi um processo complicado até conseguir entrevistá-la, pois foi por intermédio de outras mulheres envolvidas na pesquisa, que fomos apresentadas. Foram algumas semanas de pesquisa de campo, até que em uma determinada ocasião ela sentiu-se a vontade para falar. E nisso, essas mulheres tem um mérito indescritível, visto que sem essa rede de sociabilidades entre elas, seria impossível, não só desenvolver a pesquisa como ter o privilégio de conhecer suas histórias de vida.

Dona de uma gratidão infinita, pois quando sem condições financeiras foi acolhida por um grupo de mulheres que na mesma situação de refúgio, ofereceram-lhe um pequeno espaço para morar e a possibilidade de um trabalho digno para sobreviver.

Há que se observar que ela não traz o silenciamento consigo como a própria atmosfera do seu espírito, um dado do ser. Adquiriu-o devido constante vigilância e

punição, que em seu país sentencia à morte as pessoas não-heterossexuais<sup>6</sup> que não se enquadram em um determinado padrão social. Daí surge um questionamento de como tratar a condição de que nem todas as mulheres se identificam enquanto lésbicas, mas afirmam desejos/práticas afetivo-sexuais por/com pessoas do mesmo sexo e, nesse contexto, essas mulheres se colocam nas condições de sujeitas que vivenciam experiências individuais e coletivas, resgatando-as para (re)significá-las em uma nova realidade social em que sua orientação sexual não é definida conforme normas e convenções?

Durante nossa primeira conversa, pude perceber em sua fala repleta de lucidez e força, uma potência tal como o transpassar de uma flecha afiada, capaz de destrinchar (in)visibilidades. Vejo agora, quão avassaladora é a necessidade de livrar-se dos apagamentos e vazios quando numa quietude labiríntica, evocando o (des)limite do silêncio ela não me olha nos olhos, há nesse gesto de esquivar-se constantemente, alguma coisa de mais forte, que nela irrompe como uma forma de defesa.

No decorrer da conversa, em dado momento, ela contraiu os lábios, respirou fundo e começou a contar sobre as atrocidades cometidas pelo presidente de seu país, que está no poder desde 1986<sup>2</sup>. Em suas palavras: *Museveni, maldito Museveni!* Exclamou com um dor inominável que reverbera e rompe as grades da alma aprisionada sob os escombros do luto.

Relatou o modo como foram cercadas pela milícia política, que é conhecida na região de *Kampala* pela violência e crueldade. A primeira violência se fez ao seu pudor: ordenaram-lhe que tirassem as roupas. Em seguida, ambas estavam nuas em via pública, humilhadas, covardemente agredidas e separadas. A consciência dessa mulher obrigada à nudez pública é atravessada pela memória pungente do testemunho de humilhação e quase morte.

Prosseguiu com voz embargada pela angústia e pelo sentimento de não-pertencimento, ao lembrar quando se mudou para periferia de *Kampala*. Foi lá, que diante de uma aparente calma preenchida de isolamento, ela e sua companheira foram abordadas pela milícia local simplesmente por estarem juntas.

O olhar dela entregava o medo ao contar os detalhes de ver suas roupas espalhadas na rua, ter de sair correndo, nua e sob as ordens daqueles homens cruéis para não morrer.

---

<sup>6</sup> O termo “não-heterossexuais” é utilizado para aqueles/as que possuem práticas afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo mas não se autoidentificam como gays ou lésbicas ANDRADE, 2017, p.29.

Nesse caso, ainda mais grave, não teve a quem recorrer quando soube que sua companheira havia sido surrada e jogada desacordada há várias quadras do local que haviam sido abordadas pela milícia. Na ocasião, sua namorada foi socorrida pelos transeuntes do bairro local que nada relataram por medo e insegurança.

Confesso que duas frases ditas nesse momento foram capazes de me invadir e impregnar com total indignação: -“*Eu estou amaldiçoada por ser assim.*” - “*A minha namorada não teve a mesma sorte.*” Naquele momento, senti um nó na garganta. As frases evocam reflexões sobre a violência relacionada à diversidade sexual e de gênero, que capta os signos de brutalidade e cinismo, de uma sociedade que deslegitima a vítima a tal ponto, que A.W sentiu-se culpada pelo ocorrido.

Chamou-me a atenção a segunda frase, quando lágrimas escorreram dos seus olhos e um silêncio grave, inerte e destrutível anunciava o que significou: “não ter a mesma sorte,” pois além da família de A.L não aceitar o relacionamento o diagnóstico médico asceticamente impessoal, atestou que ela tinha “trauma”. No entanto, foi enviada para casa e alguns dias depois, cometeu suicídio.

Sobrevivente, A.W encerra todas as suas expectativas ao ver que seu amor é um barco à deriva. Encarando frente a frente as suas quimeras, escorrem lágrimas de seus olhos distantes, que parecem ver um imenso horizonte além da porta de entrada do quarto. Ela mantém os olhos fixos e não me olha, parece falar para outras pessoas que não vejo ali, sua fala tem uma força e uma angústia contagiante. Nesse momento, para mapear a sua trajetória, apreender suas experiências detenho-me na possibilidade de compreender um processo específico de um silêncio específico que vai sendo desvelado no ato de lembrar que promove unificação<sup>7</sup>.

Trata-se de uma mulher negra, lésbica e refugiada que rompeu o silêncio numa forma intransitiva de devir. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o que admiro nesta mulher é a resiliência para opor-se a uma fixidez universal do que de fato deve ser uma mulher. Ela mostra-se como uma cartografia vivente, longe de ser lançada no anonimato da cidade que percorre dia após dia, ou ainda, sob o jugo de uma sociedade patriarcal incapaz de apreender que esta mulher escapa às suas tramas.

Sendo capaz de despir as sutilezas das projeções cartográficas que a coloca fora da

---

<sup>7</sup> CAMUS, Albert. O Estrangeiro. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.



dominação masculina, com aparente simplicidade, mas, que acentua o ser mulher negra e lésbica como: corpo importante, o corpo carnudo, o corpo humoral. Ela é vida!

Traz nos olhares a amplidão que dá conta do dia a dia o que se faz no trabalho de vendedora ambulante nas ruas da cidade de São Paulo, no cotidiano cravado por longas e exaustivas caminhadas e, mesmo assim, há sempre um canto a entoar. É ainda, capaz de abrir uma cratera na sensorialidade de quem a ouve falar e gestualizar.

Deslinda lacunas labirínticas ao falar de suas perdas e dores, ao mesmo tempo em que transborda uma dignidade afetiva invencível, para vivenciar sua lesbianidade embebida por forças, alegria e leveza que as memórias tristes do luto não puderam desvanecer.

Imagem 3 – RE-EXISTIREMOS – Viaduto Antártica- Bairro Água Branca - SP



Fotografia: MK, 2019.

## 4.2 M.K - Das "zonas de silenciamentos" às "falas de muitos gumes"

*Saudade... Tenho mais ou menos... Tenho do meu irmão e da comida de minha mãe. Ela fazia uma "katchiúva" deliciosa! Bom, pra quem não sabe é uma comida típica dos açores. A minha mãe tem parentes distantes açorianos e eles gostam muito de comer essa sopa, essa "Katchiúva." É um cozido de várias carnes de animais diferentes com legumes. Ela misturava porco, frango e boi quando tinha e quando conseguia comprar. Cozinhava bem com curry, pimenta e os temperos típicos de lá e colocava quiabo, cenoura e batatas ou raízes diversas, cozinhava bem e ficava muito boa! Tenho saudade também da praia do Entebbe. É linda, linda! Ah, tenho saudade do meu amigo que me ensinou muitas coisas importantes quando eu estava lá. Saudade de uma amiga de curso secundário que morreu por ser assim, por gostar de mulher... Ela foi espancada... Mas, eu não quero falar disso... Foi horrível! Eu, eu, prefiro não falar... (suspiro) (olhos lacrimejados) (choro) (silêncio) [M.K., 2018]*

M.K. é da República Democrática do Congo<sup>8</sup>. Ela tem 37 anos, e chegou ao Brasil em 2010. Decidiu sair de seu país de nacionalidade alegando como motivo a guerra civil que assola o seu país. Cresceu no seio de uma família muito pobre, em um bairro miserável da periferia de *Kinshasa*. Mas, mesmo cercada pela pobreza, conseguia arrancar da tristeza de cor ocre da terra batida do chão de *Matété*, a nota humana essencial, descobrindo-se na vida cotidiana e nas coisas mais aparentemente mortas, um já-dito procurando uma maneira (in)visível de viver. A infância é pinçada numa faísca de (re)memoração. Sentia-se diferente e percebia o estranhamento das pessoas ao seu redor. Os amigos e a família, submersos em intranqüilidades e evasivas causavam-lhe tantas amarguras e aflições, por causa de seu jeito diferenciado que já, desde os doze anos de idade, passou a incomodar pelo jeito “masculinizado”, por estar sempre entre as meninas, por gostar de jogar bola e usar as calças *jeans* do irmão. As surras eram constantes.

Sem saber identificar o tal sentimento, aos dezessete anos supera o (des)conhecimento, graças ao amor, que é essencialmente correspondência e comunhão com sua outra. Uma experiência que se afigurou necessária naquele momento, um diálogo entre ter consciência de ser diferente e assumir o risco ou negar-se infinitamente.

Foi-lhe possível, mesmo às escondidas viver a experiência em conexão íntima com sua companheira sob absoluto sigilo, por exatos três anos. Quando começaram as cobranças da família, para que M.K arranjasse um namorado, as coisas se complicaram. Ao tentar falar sobre sua atração por mulheres, percebeu absoluta recusa em sequer discutirem o assunto.

Foi aos vinte e cinco anos que M.K ao namorar uma garota do bairro vizinho ao seu teve coragem de contar ao seu irmão, que ficou muito preocupado com a não aceitação por parte da família, bem como a violência a que se expõe uma mulher ao assumir um relacionamento com outra mulher naquele país. No entanto, o relacionamento ficou insustentável, diante da possibilidade de serem vítimas das milícias locais, da intolerância e provável violência diante de tantas exigências da família para um casamento com um

---

<sup>8</sup> A República Democrática do Congo é um país da África Central. Possui 62,6 milhões de habitantes. A língua oficial é o francês, mas o suáli, kituba, lingal e quicongo também são consideradas línguas nacionais. o cristianismo é a religião predominante, sendo seguido por aproximadamente 95% da população. Em 6 de Dezembro de 2006, Joseph Kabila, filho de Laurent Kabila, tomou posse como presidente. Atualmente a República Democrática do Congo é o de uma república de transição de uma guerra civil para uma república democrática semipresidencial e é considerado um país que tem um dos menores índices de democracia do mundo, estando em 155º lugar em uma lista de 167 países.

homem e, principalmente, que estivesse em conformidade com o costume cultural/local. Notadamente, para se manter suas organizações culturais sem uma oposição convencional.

Logo, a situação foi se agravando de tal modo, que M.K por não saber como agir e a quem recorrer para obter informações sobre o que significa ser uma mulher que gosta de se relacionar afetiva e sexualmente com mulheres, as dificuldades foram se multiplicando. Ao buscar informações no seu país de nacionalidade, não encontrou nenhuma Organização não Governamental, para obter auxílio.

Diante de tamanha dificuldade em obter informações, sobre qualquer assunto relacionado aos direitos das mulheres, proteção em caso de violência doméstica, diversidade sexual ou até mesmo, em caso de morte, constatou que em seu país, no que se refere às mulheres: “Pouco se fala nada se sabe.” Assim, a próxima etapa, dessa busca incessante por informações, coube à mãe que decidiu levá-la ao curandeiro, pois tudo o que não se explica ou “é doença ou maus espíritos.” O ritual da suposta “cura” não passava de um medo lhe protegendo e um ritmo lhe recriando um descompasso. Nem as ervas milagrosas, nem cânticos espirituais, nem líquidos “mágicos” e nem mesmo, os médicos do hospital local a compreenderam. O curandeiro recomendou rezas e rituais. O médico diagnosticou ser uma “fase” que tempo se encarregaria de transformar.

Tentou incorporar o tempo diagnosticado pelo médico. E, na tentativa de agradar a família, iniciou o namoro com um rapaz por indicação dos familiares e não deu certo. Assim, ela passou a viver na clausura e no silenciamento, demonstrando claros sintomas de depressão.

Porém, havia uma desconfiança de que ser ‘diferente’ implica não apenas, não estar de acordo com os discursos hegemônicos e heteronormativos, mas regredir ao pressuposto dele para evidenciar sua particularidade e explicitar seus encadeamentos em teias microscópicas de causa-efeito que permanecem impensadas para seus agentes, enredando assim, seus amigos e familiares, em um *modus vivendi* naturalizado. Na ocasião, ela também falou sobre a total falta de liberdade das mulheres falar sobre sexo ou de poder fazer algum tipo de manifestação nas ruas. Além disso, há o agravante das questões jurídicas em seu país de nacionalidade que também, é um fator de extrema opressão.

Há uma determinada punição para tudo que está fora do relacionamento homem/mulher, conforme o Código Penal de número: 172 que é sobre crimes contra a moral, vigente na República Democrática do Congo desde 1940 e que apavora todos os que

não se enquadram no modelo homem/mulher. Ser contra hegemônica pode custar a liberdade e a vida, no sentido que visam desestabilizar a norma imposta pelo regime dominante em seu país.

Confidenciou que teve conhecimento das leis, pois tem um amigo que é gay, advogado e refugiado, que a instruiu sobre o assunto. De igual modo, ela cita os países: Guiné-Bissau e Moçambique.

Afirma que nestes países, não só por uma questão legal, mas também (as milícias) enviam pessoas para os campos de trabalhos forçados, batem, humilham em praça pública e, com frequência, matam as pessoas que não seguem a lei. Embora o código penal tenha sido modificado em 2006, ainda pode ser usado contra as pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, com penas entre três meses a cinco anos de prisão e multa.

Já no Brasil, ao conhecer uma determinada ONG (Organização Não Governamental) e ter conhecido o trabalho assíduo dos voluntários que se dedicam dia a dia, abertamente engajados/as com a representação jurídica e política, de igual modo, a produção de novas diretrizes para ajudar as mais diversas pessoas em situação de refúgio ou não, a sair da marginalidade e repressão para visibilidade e legitimidade, M.K ainda não se sentia a vontade para perguntar sobre o assunto que lhe afligiu durante anos.

Houve nesse período, uma imensa dificuldade em compreender os conceitos sobre lesbianidade e transsexualidade, pois eram totalmente desconhecidos. Durante uma das fases da entrevista ao ser questionada sobre como é ser uma mulher negra, refugiada e que se relaciona afetivamente com mulheres no Brasil, M.K respondeu: *Com relação ao Brasil, eu ao menos posso falar pra vocês e vocês não vão me expor*. Justamente, por haver relatado que em seu país, uma determinada mulher e sua companheira concederam uma entrevista, a um determinado jornal local e tiveram seus nomes, endereço residencial e do trabalho divulgados.

Naquele momento, ambas precisaram sair da cidade por um determinado tempo, o artigo publicado era absolutamente preconceituoso e colocou a vida delas em risco. É muito comum, infelizmente, representantes da imprensa local, deturparem as falas das pessoas envolvidas nas entrevistas, reproduzindo o senso comum, o preconceito e até ofensas.

É por esse e tantos outros motivos, que tenho medo de falar. Ressaltou que a mídia

local em seu país é composta por: homens mal informados sobre as questões LGBTTT, corrompidos e que não têm nenhum respeito pelas mulheres. No decorrer da segunda fase da entrevista, fiz a seguinte pergunta: Do que você tem medo? Categoricamente ela respondeu: “Eu tenho medo de morrer.” Daí então, ela passou a discorrer sobre alguns episódios de violência verbal e psicológica que aconteceram dentro da universidade onde atualmente, ela e a atual namorada, cursam licenciatura em geografia.

Contou que para se manter distantes dos olhares alheios, ambas escolheram determinados locais dentro da universidade, onde não poderiam ficar tão expostas. Geralmente, eram “caçadas pelos olhares alheios com a mesma avidez que o caçador persegue a presa.” Certa vez, ela e sua companheira, foram convocadas a comparecer na sala do coordenador do curso que falou sobre o regimento interno, ordem e respeito no ambiente acadêmico.

Solicitou ainda, que não se beijassem que não trocassem abraços e carinhos no pátio ou em qualquer local dentro da universidade. M.K ao sair da sala do coordenador do curso, constatou que as pessoas iguais a ele, que são contra o relacionamento entre pessoas não-heterossexuais, diante de uma situação de resistência, recuam.

A rotina dela dentro da universidade foi repleta de atos de violência verbal e psicológica. Digo isso, pois já era rotina passar pelos corredores ouvir os xingamentos, as piadas e, principalmente, temer a possibilidade de chegarem ao extremo da agressão.

M.K passou a ficar longe de sua namorada. Em diversas ocasiões, as pichações nos banheiros, denunciavam o preconceito contra todos não-heterossexuais. E, principalmente, por servir de aviso diretamente para ela e sua companheira, de que não eram bem-vindas.

Infelizmente, a perseguição não era apenas por parte dos alunos, mas dos professores também, que negligenciavam os conceitos e avaliações. Nenhum trabalho em grupo tinha tantas ressalvas quanto o trabalho dela. As notas nunca eram justas e equânimes. Ela nunca teve coragem de reclamar justamente, por se sentir completamente desamparada dentro do ambiente universitário.

Inconformada, M.K relatou que foi com sua namorada à um show sertanejo perto da universidade. Ao final, percebeu alguns rapazes que pareciam alunos do curso de engenharia e que, provavelmente, eram alunos da mesma instituição de ensino, num dado momento, começaram arremessar garrafinhas de água gritavam: \_ “*sapatona, cadê você? Eu vim aqui pra te f\*\*\*\*\*!*” Foi um dia assustador em que elas tiveram que correr

apavoradas, diante de tanto preconceito, discriminação, sexismo e misoginia que desvelam as opressões impostas pelos homens que agem de maneira lesbofóbica as colocam em posição de subalternidade. M.K afirmou que aqui no Brasil, ela precisava também se esconder da comunidade africana, pois o preconceito com as pessoas LGBTT é ainda um sério problema. Ela costuma se esconder quando os encontra. Geralmente, eles sequer olham para ela.

Motivo pelo qual deixou de frequentar festas que determinados membros da comunidade africana participam. Chegou a sair de uma festa com sua companheira para não serem vistas. Referiu ainda, que os brasileiros também agem da mesma forma. Há aqueles que toleram e os que menosprezam. Assim, é preciso saber ir e vir com determinada prudência e discrição. Nesse ínterim, ela tocou em assunto fundamental.

Discorreu brevemente sobre a precariedade da educação no país. Percebi o quanto é necessário uma educação gratuita, descolonizada e de qualidade. Na fala de M.K há uma espécie de cartografia autorreflexiva que sugere o estranhamento de lugares (re)conhecidos, passíveis de se enxergar outras rotas de fuga. E, conseqüentemente, a educação é mapa para o respeito à diversidade.

Falar sobre educação traz à tona a afirmação de M.K ao dizer que começou a ter um pouco de esperança, quando em setembro de 2015, pode participar do *I Festival das Diversidades* na cidade de Santo André – São Paulo. Elogiou os eventos que aconteceram em outras instituições de ensino, pois no local onde estuda atualmente não há a menor possibilidade de se organizar esse tipo de evento.

Falar a partir de interconexões de temporalidades de seu tempo e espaço presente é uma premissa importante, de como essa mulher se autodefine ao negar reclusão e renúncia em nome de sua liberdade. Ela permite uma compreensão de si nomeando uma realidade que até então, parecia invisível mas que agora, se mostra inegavelmente, necessária: o direito a ter voz, o direito de ter acesso à informação e o direito à vida.

Há que se construir uma nova memória social a partir da ação pontual dos movimentos sociais. M.K é assertiva ao reconhecer que o festival renovou suas esperanças e lhe deu forças para resistir e permanecer no Brasil. A sua fala transpôs barreira do até então, indizível reconstruindo pouco a pouco sua (re)existência e ressignificando seu lugar de fala como sujeita política dentro da normatização hegemônica. Mulher forte e guerreira,

que possui uma vagareza sutil e elegante na fala, no olhar, nos gestos ao mesmo tempo em que é fortaleza e graça. Cheirosa, de cabelos médios, trançados ou não, são fartos e leves. Dona de uma simplicidade que ‘revela o segredo e não mata o mistério.’

Imagem 4 TORNA-SE. – Bairro Água Branca –Viaduto Antártica- SP



Fotografia: MK, 2019.

#### 4.3. L.L - Os relatos e vivências como prática de si: reflexões sobre ser refugiada

L.L é de Moçambique<sup>9</sup>, 34 anos, é lésbica e casada. Possui curso superior completo e trabalha como auxiliar administrativo. De início avistei uma mulher negra, robusta e não muito alta, discretamente vestida com calça jeans e uma jaqueta *bomber* preta, de cabelos curtos, trançados rente ao pescoço, mantendo os olhares calmos e profundos.

Tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, no lançamento da Cartilha informativa<sup>10</sup> sobre a proteção de pessoas LGBTI em situação de refúgio, no dia 28 de junho de 2017. A cartilha visa a informar a população LGBTI dos direitos e serviços oferecidos no Brasil e conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da proteção a essas pessoas que correm risco de vida em seus países.

<sup>9</sup> Moçambique é um país localizado no sudoeste do continente africano. Possui 28 861 863 habitantes. Como ex-colônia portuguesa, a língua oficial é o português. Segundo o censo de 2007, os cristãos formam 56,1% da população e os muçulmanos compunham 17,9% da população de Moçambique, enquanto 7,3% das pessoas afirmaram praticar outras crenças. Moçambique é uma república presidencialista, o presidente atual é Filipe Jacinto Nyusi, no poder desde 2015, eleito democraticamente.

<sup>10</sup> [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-informativa-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-LGBTI\\_ACNUR-2017.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-informativa-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-LGBTI_ACNUR-2017.pdf) acessado em 27/07/2017.

Imagem 5 Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas Solicitantes de Refúgio LGBTI



Fotografia Elza Fiusa/Agência Brasil, 2017

Trata-se de uma ação, em parceria com a secretaria de Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo faz parte da campanha Livres & Iguais, da ONU, que tem por objetivo aumentar a conscientização sobre a violência e a discriminação homo-lesbo-bi-transfóbica e promover um maior respeito pelos direitos das pessoas LGBTI, em todos os lugares do mundo.

Chegou ao Brasil em 09 de setembro de 2013. Decidiu sair de seu país de origem após ter sofrido perseguições e ameaças devido sua orientação sexual. Vejo-a agora, como um arauto que espalha a sagração da palavra liberdade em alto e bom tom. É uma fala que reverbera em espelhos-espacos, diálogo nas entrelinhas que funde-se ao humano, universal, plural e diverso que estão intrínsecos às especificidades do refúgio.

Ouvi muito emocionada seu testemunho de vida, sobre as dificuldades de sobrevivência no país de origem e os inúmeros obstáculos para se estabelecer aqui, no país receptor. As principais foram referentes à: revalidação/reconhecimento do diploma de



curso superior. Havia concluído o ensino superior em Tecnologia da Informação e, mesmo assim, teve que se submeter à uma vaga de emprego como camareira em uma importante rede hoteleira na região central da cidade de São Paulo. Em suas palavras: *A palavra 'refugiada' no Brasil tem um peso muito forte!*

Permaneceu por um determinado período, abrigada em uma igreja dormindo em um pequeno espaço até conseguir alugar um apartamento foram dias difíceis. Decidida a recomeçar uma nova vida no Brasil, L.L enfrentou todas as condições desfavoráveis em nome de sua liberdade.

Tive o privilégio de participar novamente de um evento organizado pelo projeto "Nós Diversos" em parceria entre o SESC Sorocaba com a Organização da Parada LGBT de Sorocaba, o Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual do Campus Sorocaba da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e o Grupo Mandala (coletivo formado no Campus Sorocaba da UFSCar) e Associação Transgênero de Sorocaba (ATS).

Reencontrá-la naquele momento, foi uma experiência de grande valia, pois eu a entrevistei e seu relato foi sobre o motivo pelo qual, no primeiro momento, não solicitou refúgio por motivo de sua orientação sexual. Havia um fundado temor de que no país receptor encontrasse as mesmas dificuldades que encontrou no país de origem. Depois de seis meses, sentiu-se confiante o bastante para solicitar refúgio por ser perseguida em seu país, onde as pessoas a tratavam como “abominação.”

Trata-se, literalmente, de quem enfrentou como o mesmo desassombro e a mesma solidão o preconceito em seu país de origem. Com exceção à cor de sua pele no que se refere-se ao seu país. Em sua fala por si, na sua ácida clareza, irrompe um continente africano machista, sexista, misógino e homo-lesbo-bi-transfóbico, como marca registrada de um novo *Apartheid*. Nesta fala de muitos “gumes”, a mulher africana é resumida à reprodução e a submissão ao homem. Ao crescer e descobrir que é uma mulher africana, porém, não estando em conformidade com esse padrão, os resultados são cortes profundos em uma dimensão social, que envolve o trabalho, a família e os amigos.

Ao lembrar o período da adolescência, L.L afirma que foi muito difícil ao percebe-se diferente e viver sob a apreensão de a qualquer momento ser surpreendida e, até mesmo, seus desejos e pensamentos serem descobertos causava-lhe pavor. O seu modo de vestir e se comportar incomodava. O fato de não querer ter filhos e recusar-se ao

casamento tradicional chamou a atenção de seus familiares. A perseguição familiar se intensificou baseada no seguinte fato: homossexualidade é “coisa de espíritos”, “doença dos brancos.” Sendo católica, pedia a Deus que lhe tirasse a vida se essa vida fosse realmente tudo aquilo que as pessoas falavam. Nesse processo, dúvidas, (des)cobertas já começavam a provocar reflexões sobre a sua orientação sexual. Entretanto, sem saber o que é a lesboafetividade, sem ao menos entender ou ter uma explicação sobre o conceito de lesbianidade, L.L se manteve calada para evitar todo tipo de confronto familiar.

Dona de um espírito crítico, firme e sutil, ela vai em busca de conhecimento, até que acontece o ápice de seu encontro com um igual corpo. Fora dos liames da hegemonia, repleto de novidade e alegria, assim ela pôde vivenciar o amor de sua igual, que a faz até hoje, romper os silêncios de outrora. Neste ínterim, ela passa a fazer parte do grupo *Lâmbda*, que é uma organização de cidadãos moçambicanos que advogam pelo reconhecimento dos Direitos Humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBTT). Esta organização luta pela sua própria legalização e reconhecimento pelo Estado há mais de 10 anos. L.L acredita que um dia será possível potencializar o diálogo com a sociedade moçambicana pelas conquistas de direitos das pessoas LGBTT, ainda que as instabilidades do não reconhecimento seja um grande obstáculo a ser vencido para implementação de políticas públicas.

Sair do “armário”<sup>11</sup> para amar e se engajar! Sim, esquivar-se das opressões sem perder a ternura e a voracidade da luta. Eis a sujeita que se dá na contingência e se coloca como identidade política. Como um “eu” em busca de autonomia, que faz das novas formas de (re)xistência e legitimação para que as lutas conduzam à concreta emancipação.

É chocante, com efeito pernicioso as discriminações e preconceitos a que estão submetido os seus iguais. Há os que trabalham por conta própria ou trabalham com pessoas que lutam pela causa LGBTT. Outras fingem que não são (lésbicas). Ela mesma, já foi agredida com um soco no rosto por ser lésbica. Há, portanto, no ato de sair do armário, estar submetida ao crivo heteronormativo como aqueles que sustentam a base de uma pirâmide social tão odiosa, que L.L via-se no vértice dessa pirâmide, escorregando e

---

<sup>11</sup> Estar no “armário” significa não ter assumido perante os outros a sua orientação sexual; “sair do armário” significa fazê-lo e assim estabelecer um ritual performativo que simultaneamente reinstitui a sujeita enquanto homossexual e obriga o entorno social a reconhecer a existência de (mais) um ou uma homossexual. Neste sentido, a homossexualidade diferencia-se de categorias suas semelhantes- como raça ou o gênero- pois só tem saliência através do processo de visibilização e pronunciamiento. (ALMEIDA, M. 2009, p. 14).

procurando isolar-se em sua solidão. Hoje, contrariando as normas, se predispõem para poder ouvir e falar à base. Eis a motivação para atuar nos coletivos, nos movimentos sociais, pois abrir as portas do armário é fazer a transição, a cuja vista escancarada às mulheres pressentem um novo caminho e têm vontade de unir-se mais.

Daí o valor da história de vida dessa mulher que assume a lesbianidade suportando, até certo ponto, o preconceito e a discriminação. No entanto, quando ela decide vir ao Brasil, se dá conta de que ela pode viver e ser de fato o que ela é: Lésbica. Nas palavras dela: *Vim para o Brasil para poder viver. Buscar vida!*

L.L, deixou o conforto e a estabilidade financeira para conquistar a felicidade como objetivo primeiro em sua vida. Nem mesmo a pressão familiar ou as dúvidas do que poderia encontrar no país receptor a fez desistir. Nem mesmo a simultaneidade de fatos, notícias e dados estatísticos sobre violência e morte de homossexuais no Brasil a desencorajaram. Ao afirmar que pode vestir o que gosta e caminhar de mãos dadas com sua esposa, deixa claro que é latente a necessidade de se transpor a invisibilidade e as violências simbólicas cotidianas.

Exemplos disso, foi quando eu a entrevistei em uma das etapas da escrita da dissertação de mestrado e ela relatou que sua mãe estava em Brasil, hospedada em sua residência e que não aceitava o seu relacionamento, porém a respeitava. Notei que o que a família dela pensa sobre o seu relacionamento ela prefere não mais saber. No entanto, em uma determinada fase da entrevista, referiu-se à sua sogra, como “terrorista religiosa” que para justificar seu preconceito, usava a religião para ofendê-la.

Disse que sentia-se forte e estava bem, mesmo tendo problemas com a família da esposa que também não aceita a relação entre as duas e, constantemente, a pressiona para terminar o relacionamento. De qualquer modo, há entre ela e a esposa a amizade como virtude necessária no compartilhamento da felicidade, onde há a reciprocidade de ações e intenções. E isso as protege como um escudo de toda sorte de “picuinhas familiares.”

Almeja combater as diversas formas de preconceito por intermédio de sua experiência de vida nas palestras em que é convidada a proferir tornando-se agente dessa ação política. Sua fala jamais ficará à deriva! Em diversas ocasiões eu tive a honra de ouvi-la em toda sua humildade e grandeza, seu testemunho de vida nos coloca em uma rede de conexões entre os fatos, entre as pessoas envolvidas e nos aproxima tornando-nos cúmplices. Certa vez, em uma outra etapa da entrevista, ela relatou como foi o acidente que

causou uma grave fratura no tornozelo e, conseqüentemente, resultou em uma delicada cirurgia para a colocação de pinos, deixando-a afastada de suas atividades por meses. Ao ser questionada sobre a imprudência do motorista que a havia atropelado, ela simplesmente respondeu: *eu perdoei o motorista porque eu perdoei a todos que me fizeram mal também em Moçambique. Tem tanta gente que já me magoou mais do que um pé partido... E eu consegui perdoar.*

Há nesta mulher a lucidez analítica de cavar, na hora mesma da fala, outro tempo, o da memória que impressiona como se a vida rememorada servisse de ponte entre um *eu* que não só se vê e fala, mas recorda e legitima esse posicionamento político de resistência. Que exclama sob a aparência do mais desprezível lugar de fala: *– Mas, o que me deixa muito a vontade aqui, é o fato de eu poder falar! E as pessoas podem me ouvir. Eu acho que isso é importante!*

Motivada pela representação de um casal da novela *Senhora do Destino*<sup>12</sup>, formado por duas mulheres, L.L. viu a possibilidade de legitimação/aceitação que não teve em seu país de origem. Com uma ternura imensa, simples e firme, não exigindo nenhum gesto entre o já-dito e o a-se-dizer, ela afirma sua orientação sexual como ponte e não fronteira.

Tampouco se esquece das dificuldades que passou lá e cá, mesmo tendo formação em nível superior, não conseguia emprego por causa de sua aparência e de sua orientação sexual que era imediatamente percebida e refutada.

Nos corredores da faculdade, dentro da sala de aula e pelos próprios professores, ela era motivo de piadas. Nas ruas de Maputo sofreu agressão da própria polícia e dos tão “renomados cidadãos de bem.” Por motivo de uma infração de trânsito, viu sua namorada na época ser assediada pelo delegado de polícia dentro de uma cela.

Normalmente, eles só aplicariam uma multa mas ela percebeu que as intenções daqueles homens eram de humilhar e coagir a sua namorada. Indignação é a palavra que resume esse fato. L.L. sentiu que não podia confiar nos “homens da lei.” E, desconfiar do que um “civil” poderia lhe fazer tornou-se gravíssimo já que de vítima ela passou a ser culpada, porque, na interpretação deles, ser lésbica é contrariar as leis familiares, religiosas e morais.

Dentro dos parâmetros legais, ela acredita que, se sofrer algum tipo de agressão,

---

<sup>12</sup> *Senhora do Destino* é uma telenovela brasileira da rede Globo de Televisão exibida no Brasil no horário das 21h no período de junho de 2004 a março de 2005, e de autoria de Aguinaldo Silva e direção de Wolf Maia.

seja física ou psicológica, seja qual for, pode ir a uma delegacia aqui no Brasil e exigir os seus direitos, diferentemente do seu país. Confiante na possibilidade de ter proteção.

Decidir entre sair do país ou tirar a própria vida implica no cúmulo que poderia assombrar na morte de sua companheira, que na ocasião, já havia tentado suicídio. Um desconsolo pela aflitiva necessidade de partir onde não se pode amar. Além disso, perdeu duas amigas brutalmente assassinadas por serem lésbicas e, infelizmente, ouviu da mãe de uma das garotas a fala amargurada por não ter condições financeiras e impregnada de arrependimento por não tê-la mandado para fora do país, antes que lhe acontecesse tamanha crueldade. Daí, a dor incomensurável da mãe permeando a narrativa da lembrança do eterno luto.

Presenciou uma mulher moçambicana ser obrigada pela família a manter um relacionamento heterossexual contra a sua vontade. Essa mulher teve um filho e logo em seguida, foi abandonada pelo companheiro. Hoje, essa mulher faz mestrado em uma determinada instituição de ensino com muita dificuldade para conciliar a maternidade e os estudos.

L.L nunca esteve saciada de perguntas, pois nela habita um criptograma que se constitui em significâncias: o choro escondido, o soluço abafado e a angústia da incompreensão e da violência até mesmo por parte de sua família, que a levou ao curandeiro em busca de libertá-la dos “maus espíritos” não foram suficientes para impedi-la de resistir. Assim, pulsava de escuridão em escuridão, o esboço de uma fuga que, num filigrana de luz/liberdade refratam agora a sua luta cotidiana para ser/viver quem ela de fato é: uma mulher fora da dominação masculina que é levada a sentir o mundo porque sentiu demais a si mesmo e as outras.

É uma guerreira a desbravar um mar de apagamentos e a romper horizontes de um passado colonialista, um presente que nega ao colonizado o resgate de sua moçambicanidade que parece estar em constante processo, assim: é saber navegar com as próprias *mwadias* (pequenas embarcações), cortar a madeira, talhar os sulcos e esculpir a própria rota de fuga sob as turbulentas e incertas correntezas que a arrastam na voragem dos ditos e não-ditos para um abismo de preconceito e discriminação.

É saber lidar com diversas formas de opressão tanto dos brasileiros, quanto da comunidade africana aqui no Brasil, que, infelizmente, ainda não aprenderam a respeitá-la

e muitas vezes, utilizam-se da religião para justificar os atos cruéis de violência psicológica, colocando-a em um lugar constantemente opressivo por ser lésbica, negra, mulher e refugiada, em uma situação em que não se pode negar uma para afirmar a outra. Daí, sua luta pelo reconhecimento das diferenças bem como, de seu lugar social no país de acolhimento.

Aconteceu em seu primeiro trabalho no Brasil, as vagas que exigem maior qualificação não eram para as mulheres negras e refugiadas. Só restava-lhe o trabalho braçal. Ela tal como Atlas, sentiu o peso do mundo em suas costas. Na verdade, a palavra refugiado tem um peso muito grande. A divisão de tarefas entre os funcionários que exerciam as mesmas funções eram injustas. Aos refugiados as tarefas mais insalubres sempre eram designadas. Configurando assim, a opressão de caráter social, que determina quem deve mandar e quem deve obedecer. Estar refugiada é antes de tudo estar atrelada a uma identidade social.

No entanto, aqui no Brasil, ela ainda pode falar e ser ouvida pelos que acreditam nos mesmos ideais. O passado em seu país de origem, já teve seu desfecho. O que será de L.L no futuro? Responde: Um dia, L.L vai poder falar e viver livremente a sua sexualidade no seu país de origem e, conseqüentemente, não estará sozinha.

Viver a própria vida esse grande desafio é estar pronta para construir pontes a partir do seu próprio porto seguro... Tudo está nele. O mundo que ela deseja é o de estar com lastro no momento de partida.

Supreendentemente, em nossa última conversa L. L afirmou que a única saída para as mulheres é a educação. Já que há uma imensa desigualdade entre homens e mulheres na educação moçambicana. No marulhar de suas ideias, o lastro nivela o barco que já quer partir rumo a uma educação gratuita, de qualidade e descolonizada. Somente a educação é capaz de extrair do ser humano: alteridade por via da fragilidade comum.

A educação é libertadora. O preconceito é aprisionador. No entanto, essa mulher não procura suprimir-se, como uma alienada. Antes, tira do sentimento da própria indignação e determinação, uma visão calidamente humana, uma potência que a torna tão apta e tão inclinada a lutar por seus objetivos que, essa configura-se apenas, mais uma batalha vencida.

Atualmente, foi reconhecida como refugiada. Naquela ocasião, ao estar junto dela, notei o quanto de sua fala trouxe resistência, orgulho e determinação de quem há cinco

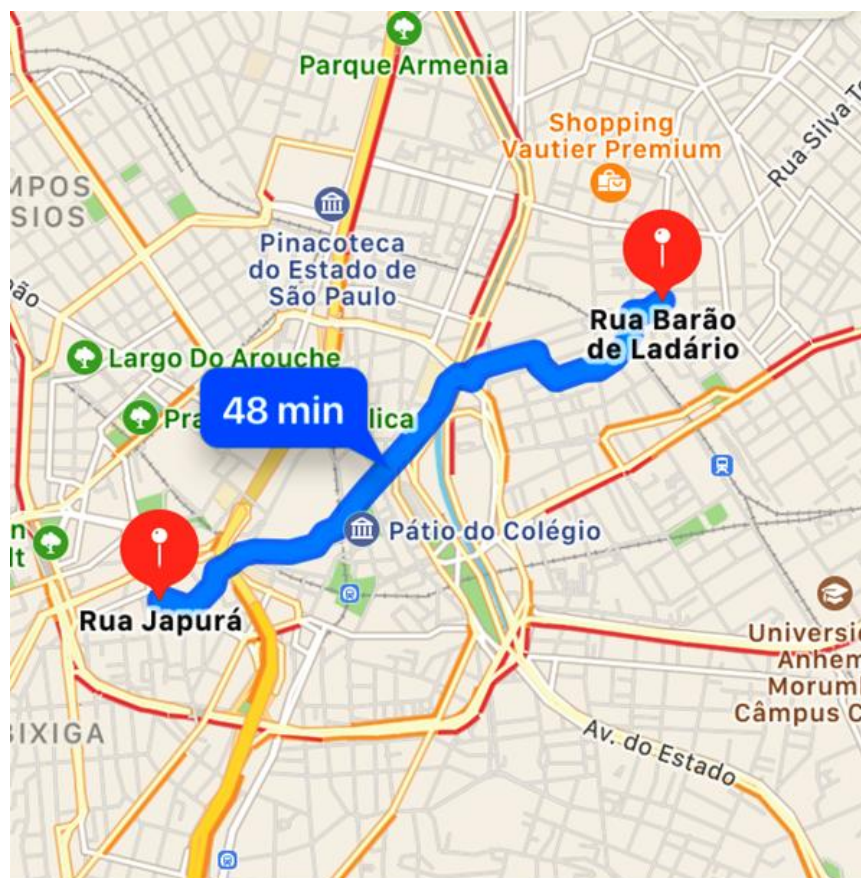
anos esperava obter o *status* de refugiada. Ao refazer todo trajeto de sua vinda ao Brasil, traçando o móvel desencadeador da coragem que a fez tomar a decisão de sair do seu país de origem e, surpreende ao afirmar que essa decisão se concretizou por intermédio da novela *Senhora do Destino*.

É uma fala para além de si, inesgotável fonte de esperança e fé, pois é católica praticante e pretende junto com sua esposa e futuros filhos ampliar a família. Sim, em sua fala delinea-se o destino, que toma forma em seus planos e projetos de vida. E, agora, presidido por ela: a “Senhora de seu próprio Destino.”

## 5 PROPOSTA DE UMA CARTOGRAFIA DO CORPO-CIDADE-REFÚGIO

O que mais me surpreende na trajetória dessas mulheres é que elas demonstravam uma capacidade ímpar de fruição do espaço público. O percurso a pé dura em média 50 minutos. No entanto, sempre dura mais pois, elas conhecem cada esquina, cada pichação, grafiteagem, pequenas lojas de artigos religiosos, igrejas, becos e vielas.

Imagem 6 - Mapa do trajeto percorrido pelas mulheres na cidade de São Paulo



No entanto, é preciso considerar que estas mulheres vêm resistindo e reconfigurando essa relação de exposição no espaço público, pois sempre estão em grupo. O grupo de mulheres negras, nas ruas, com todas suas vestimentas coloridas, turbantes, suas línguas, dialetos e cantos são formas de tensionar o cotidiano das grandes metrópoles. Este tensionamento cotidiano à qual as mulheres acionam as apresentam como porta-doras de mudanças potenciais no âmbito das relações sociais. Assim, as mulheres refugiadas merecem um destaque neste enfrentamento. As paisagens de seus corpos-cidade-refúgio



também são cartografáveis.

Cartografia, neste caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para composição de cartografias que se façam necessárias (ROLNIK, 2011, p.23).

Assim, o ato de cartografar o dia a dia das mulheres refugiadas na cidade de São Paulo é quase um ato antropofágico de suas ações em processo. Seja na observação da capacidade de fruição do espaço público, seja nas pequenas ações de conquistas de territórios de existência e resistência em uma cidade que não deixa transparecer seus estados de pertencas e de afetos é compreender que de fato, há uma dinamicidade e volatilidade dessas ações em constante devir.

Nesse sentido, o percurso em que se dá esse processo é provido de orientação e experiência sem metas pré-fixadas. Elas são as viajantes insólitas, em busca de suas microterritorialidades conquistadas e, que foram sendo reconstruídas passo a passo, dia a dia, na paisagem mutante de ações.

Diante disso, há um “eterno retorno” de lembranças dos lares que elas deixaram. As suas conversas sempre trazem as memórias das ruas de seus países de origem. No mapa exhibe-se o trajeto de aproximadamente, 50 minutos de caminhadas diárias que estas mulheres percorrem.

Nesse caso, essa capacidade de fruição é constituída por uma mistura identitária diversa que possui uma identificação multicultural indiferenciável. Glória Anzáldua sublinha que: *“To survive the Bordelands you must live sin fronteras be a crossroads.”*(ANZALDÚA, 2012, p. 217). Somente se sobrevive a fronteira e toda a complexidade que nela existe sendo a própria fronteira. De tal modo, o sentido de fronteira se torna um fluxo, um ambiente de passagem, livre de qualquer fixidez.

Tendo como exercício de fruição diária os monumentos, as igrejas, os bares, as lojas e as pessoas que no vai e vem da multidão, fornecem importantes pistas para reflexões que contribuem para diagnosticar a atualidade vivida e para questionar as formas de pensar e agir de que somos herdeiras, formas essas que não são naturais mas históricas, portanto, passíveis de constantes transformações. De acordo com Pais (2003), a sociologia da vida

cotidiana pode ser tratada pela “lógica da descoberta” que afasta qualquer possibilidade da lógica do preestabelecido. Para o autor, a perspectiva metodológica deve tomar o cotidiano como um balizador para o conhecimento.

Condene os percursos de pesquisa uma viagem programada, guiada pela demonstração rígida de hipóteses de partida, a uma domesticação de itinerários que facultam ao pesquisador a possibilidade de apenas ver o que os seus quadros teóricos lhe permitem ver. (PAIS, 2003 p. 17 )

É nesta "lógica da descoberta" que dois temas são realçados para diálogo nesta etnografias, mas que não se esgotam aqui e nem mesmo nas narrativas das mulheres entrevistadas, a saber: o corpo-refúgio e o corpo (des)integrado que se fazem no embate das vivências narradas e o tornar-se “Senhora do Destino”, em referência a uma novela brasileira.

## 5.1 Corporificando o refúgio x corpo (des)integrado

Conforme já foi discorrido na fundamentação teórica, as mulheres refugiadas nesse recorte analítico têm dificuldades próprias e necessidades específicas de proteção.

“É expressa a preocupação face à particular vulnerabilidade das mulheres refugiadas, bem como com relação à violência sexual e de gênero.”, conforme ressalta a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, proferida pela Assembleia Geral da ONU, na resolução nº 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Por esse motivo, pressupõe-se um conhecimento do contexto brasileiro sobre as políticas de acolhimento e de proteção das refugiadas em território nacional (IPEA, 2017, p.133).

Dirigir-se para a escuta destas das experiências vividas das mulheres tem sido apresentado pelos estudos como uma das garantias para que elas saiam do campo da invisibilidade e para que seus direitos como mulheres, suas condições de sujeitas na sociedade brasileira, sejam respeitados. E quando se trata de mulheres negras, este corpo específico no mundo, é produzir uma escrita que destaca temas pertinentes às suas vidas e resistindo ao apagamento histórico como sujeitas e, assim, afirmar aquilo que hooks (2013) reivindica como uma memória ancestral e de valorização dos traços culturais que subscrevem uma luta coletiva.

Como já descrito pela ACNUR (2002b), as solicitações baseadas no gênero são determinadas por vivências de perseguição, atos de violência sexual, violência doméstica/familiar, planejamento familiar forçado, mutilação genital feminina, punição em

razão de uma transgressão dos costumes sociais, e discriminação contra homossexuais. Portanto, é uma violência sobre um corpo, o corpo de mulher, e nas narrativas das entrevistadas, são os corpos de mulheres negras de Moçambique, Congo, Uganda, os corpos de mulheres que amam mulheres. Ainda que elas chegam no Brasil, estas mulheres experienciam outros modos de violência por serem mulheres, refugiadas e "lésbicas". Conforme analisaram Schwinn e Costa (2016), sofrem ainda outros tipos de violência quando não encontram pouca ou nenhuma proteção governamental; sofrem abusos (sobretudo sexuais) e estigmatização em razão da condição, que revelam não apenas as "dimensões da violência sofrida pelas mulheres, que tem influência direta sobre o processo de adaptação a uma nova realidade" (SCHWINN E COSTA, 2016, p. 226), mas também revelam corpos e vidas que resistem, que sobrevivem, que lutam e que amam, que trabalham e estudam.

*L.L - O que o Brasil faz hoje, me ouvindo, as pessoas que estão aqui, que me ouvem me encorajam para que eu lute pelos meus direitos. Pra que um dia eu possa consegui-los no meu país. Assim como eu falo aqui, eu gostaria muito de falar no meu país para as pessoas entenderem que eu sou normal...*

*M.K - Eu falo aqui, porque eu sei que aqui tem gente de confiança que guarda segredo e aqui, não é igual lá, no meu país, ninguém estuda isso! Falta educação pra tudooooo. É triste né? Aqui a educação que fala sobre o que eu sou, como sou, ajuda a proteger a gente. Lá, não...*

*L.L - Eu comecei a entender que eu poderia viver sendo eu mesma sem precisar buscar uma identidade que não era a minha... Por isso, que eu vim para o Brasil. Vim para o Brasil para poder viver. Buscar vida! Porque o que eu tava passando no meu país, não era uma situação de alguém que está a viver! [...] Mas, o que me deixa muito a vontade aqui, é o fato de eu poder falar! E as pessoas poderem me ouvir. Eu acho que isso é importante!*

*L.L - A única opção que nós, temos, é a escola. Quando você tem a escola, o respeito é obrigatório. Agora se você não tem escola, é difícil. Por isso que muitas pessoas, principalmente a comunidade LGBT, primam por isso. Estudar, ser alguém. Porque sendo alguém, quem vai te apontar?*

As representações sobre este corpo no país receptor quando corporificado ao 'refúgio' é, certo modo, semelhante à *mixofobia* que Bauman dizia: "é o medo provocado

pelo volume irrefreável do desconhecido, inconveniente, desconcertante e incontrolável.” (2017, p. 15). Assim, a coexistência desses corpos nas ruas da cidade, nos bairros e nos locais de trabalho, tornando-as estranhas e quase sempre mal toleradas. Uma tradição de suspeita do corpo da mulher negra, lésbica e refugiada percorre o imaginário social.

Arraigadas no patriarcalismo e no racismo que geram distintas problematizações. Daí que não há como invisibilizá-las, pois elas projetam-se nas, e com as mudanças da cidade em um processo de construção de suas próprias experiências de deslocamento e de publicização no espaço público.

Tendo como horizonte ainda o que afirma bell hooks, sobre [...] “desconstruir proveitosamente a ideia de uma identidade e uma experiência negra monolítica e homogênea.” (hooks, 2017, p.106), o passado dói fisicamente e subjetivamente quando aproxima estas mulheres com os olhos cheios de presente. As memórias repletas de fronteiras, limites de outrora, que tão brutalmente as distingue de hoje, ofendem, machucam a sensibilidade. E criam outros modos de ver o mundo, ou seja, dos seus olhos outras teorias, no sentido da origem etimológica da palavra "teoria", que vem do grego *theorêin* e que significa "olhar através de".

De acordo com bell hooks é preciso ‘mapear a dor.’

Não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir deste lugar. Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador. (HOOKS, 2013, p. 103).

Perpassar as fronteiras confunde e mistura um sentimento vasto e bom, numa comunhão coletiva multi/pluricultural. Conforme Glória Anzaldúa: “Não há um sistema de enunciação em a identidade *mestiza* esteja fechada e determinada, o que há é um processo inacabado que ainda está por ser conhecido.” Assim, nas palavras da autora:

Because I, a mestiza, continually walk out of one culture and into another, Because I am in all cultures at the same time, alma dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteada por todas las voces que me hablan simultáneamente. (ANZÁL DUA, 2017, p. 99)

É esta identidade *mestiza* que se constitui no burburinho da cidade de São Paulo, entre o turbilhão de carros e o barulho dos pés e vozes, onde estas mulheres também podem ser invadidas por uma terrível solidão, que as priva de qualquer sentimento de medo e fragmentação. Elas entoam um canto em dialeto africano e fluem no espaço urbano-

caótico. Entretanto, há uma pujança da força que elas trazem em si. Há de igual modo, um corpo dignificado para assumir a dignidade afetiva de ser o que elas são: Lésbicas. Esse corpo (des)integrado do sistema patriarcal e integrado a uma relação horizontal e não hierárquica as coloca na condição de cúmplices. E, essa cumplicidade é definida pela autora da obra *o Segundo Sexo* com primor:

Entre mulheres, o amor é contemplação: as carícias são menos destinadas a se apropriar do outro do que a recriar-se lentamente através dele; a separação está abolida, não há nem luta, nem vitória, nem derrota; dentro de uma exata reciprocidade cada qual é ao mesmo tempo sujeito e objeto, a soberana e a escrava; a dualidade é cumplicidade. (BEAUVOIR, 2016, p.174)

Nesse sentido, quando a cumplicidade é repleta de dores e lidar com isso, é assumir formas de uma discreta, mas calorosa solidariedade ante ao espetáculo das trocas sentimentais e apoio mútuo que constituem o coletivo ou uma rede de apoio entre elas. Incorporar o coletivo é ao mesmo tempo *front* e artilharia. Os corpos são “refugiados.” Corpos “estrangeiros.” Igualmente, inscritos na vivência urbana, é o *Corpo-Cidade-Refúgio* que resiste às imposições da heteronormatividade, entendida aqui como um pressuposto de que todos são (ou devem ser) heterossexuais.

Segundo WANER (1993), a heteronormatividade é uma rede instituída e repetida de normas e regras que não podem ser questionadas e, portanto, devem ser mantidas violentamente, independente de desejos e subjetividades dos corpos e pessoas. É, portanto, a obrigatoriedade compulsória da heterossexualidade, produzindo e mantendo gêneros binários (masculino e feminino) e hierarquizados e afirmando normas que os produzem e regulam através de instituições mais diversas, como a família, a igreja, escola/educação e o Estado, de modo *heteroterrorista* (BENTO, 2011) ou por meio de uma *pedagogia do insulto* (JUNQUEIRA, 2014).

*L.L* Eu nunca consegui um emprego digno! Mesmo tendo formação superior. Por quê? Porque quando eu fosse para uma entrevista só a minha aparência já era motivo de rejeição na hora! Nenhuma empresa quer um homossexual no seu quadro de funcionários. Uma lésbica! É motivo de quê? Piada. Conversa assim, nos corredores... [...] Na faculdade professores homofóbicos que mandavam piadas.... Eram agressões verbais. Entendeu? Já passei por uma agressão da própria polícia do meu país. Então, são coisas que você para e diz: mas se a própria polícia faz isso, imagina uma pessoa normal na rua. O que, que é capaz de fazer? Entendeu? E tantas outras coisas que eu já passei que eu não precisei mostrar para as pessoas o que tava sentindo... [...] Levei

*um soco no rosto na rua, por causa da minha aparência...*

*A.W - Eu perdi pessoas importantes lá, por causa do preconceito. Eu perdi um amigo porque era gay e perdi uma amiga de outra cidade por ser assim, igual “eu”... que gosta de mulher. (pausa) [...] Eu vim com ajuda do meu irmão... Aqui, eu trabalho e junto dinheiro pra ajudar ele lá...*

*A.W - No albergue não tinha vaga para ficar, o trabalho tá cada vez mais difícil, então a gente trabalha na rua vendendo o que deu pra comprar de mercadoria. Aqui, não tem lei que prende uma mulher que gosta e namora outra. Mas, pode ser bem pior...*

*A.W - Aqui, eu não falo nada. Eu não mostro a minha vida e não falo que gosto de mulher. Lá, tem lei que prende e tem gente que mata. Aqui, matam sem dizer o motivo. É escondido. Por isso, eu não conto pra todo mundo. Aqui, a minha cor, o meu gosto por mulheres e por ser mulher, eu posso morrer. A lei aqui existe? Por que morre tanta gente que é assim, que não aceita viver no modelo homem com mulher? Olha, tem lei mais ninguém garante que eu vou ter direito de ser o que eu sou aqui no Brasil. Aqui, onde a gente mora tem uns africanos que não sabe de mim, se souber me despreza. Os brasileiros também, eles não aceitam, eu vejo isso sempre. Mas, eu não falo de mim pra ninguém.*

*M.K- Já era rotina, os alunos nos apontavam nos corredores, xinga- vam, faziam piadas, enfim, a gente tinha medo que eles batessem na gente. Por isso, que não ficamos mais tão próximas. A gente entrava no banheiro e via as pichações contra a gente e contra gays, trans, todo mundo.... A gente sabia que as pichações eram para nós... Até que um dia, teve um show sertanejo perto da universidade. A gente tava saindo, tinha uns caras que pareciam ser alunos da engenharia e eles jogaram garrafinhas de água e gritavam: “sapatona, cadê você? Eu vim aqui pra te f\*\*\*\*!” Nós corremos muito, muito, muito aquele dia... Dá pavor só de lembrar...*

*M.K- Tínhamos o nosso “cantinho” para ficarmos conversando. Ficávamos perto do muro, em canto discreto ou no pátio próximo de uma escada, para que de um determinado ângulo, não pudéssemos ser vistas. Tratando-se do espaço local, os geógrafos sabem bem como observar e se posicionar fora do ângulo de visão que os incomode. ((risos)) Infelizmente, somos “caçadas” pelos olhares destrutivos de um determinado grupo de pessoas que parecem insaciáveis no quesito perseguição ao diferente. Na*

*ocasião, fomos convocadas na sala do coordenador do curso para sermos orientadas em não ex- por nossos afetos em público. O homem ficou uns trinta (30) minutos explicando o regimento interno, o ordem, o respeito etc*

*A.W- “Fomos cercada pela milícia política que costuma bater nas pessoas, humilhar,estuprar e muitas vezes, matar.” Eles empurraram a gente e formaram um cerco em volta da gente, fizeram a gente tirar a roupa, humilharam, bateram, puxaram pelo cabelo e, arrastaram pelo cabelo para um canto, enquanto me seguravam no outro canto. Jogaram minha roupa na rua. Gritaram corre! Corre! Eu tive que sair correndo para não morrer. A minha namorada, foi surrada e passou por várias humilhações até ser jogada na rua desacordada [...] Quando ela foi encontrada e socorrida no hospital local, eu fui até lá, tentei conversar mas, ela não respondia. A nossa família nunca acei tou a gente.[...] Tudo era escondido. Eu a visitei todos os dias no hos pital. A família dela que bancou as despesas com tratamento e medi camentos. Os médicos disseram que ela tinha trauma. Disseram que a família precisava tratá-la em casa. Já em casa, dias depois, ela se ma- tou...*

É certo que, essas vivências são constituídas pelas dores, perdas, dificuldades e, que são tratadas aqui, a partir do que Le Breton (2013) construiu como: “olhar além da dor”. Em uma perspectiva do olhar sobre essas experiências que vão contra os pressupostos equivocados, rudes ou limitados, relacionados a esse fato, que é a dor. Assim, a dor é um fato situacional, pois “[a] dor é íntima, certamente, mas é também impregnada de social, de cultural, de relacional, é fruto de uma educação. Ela não escapa ao vínculo social” (2013, p.14). Mas também, conforme o autor,

*Não se pode, entretanto, creditar a dor e suas manifestações unicamente à cultura, esquecendo que esta só existe através dos homens que a vivem. A cultura não é uma espécie isolável em linhas gerais, não é uma, monolítica, impondo-se como uma estrutura maciça a atores condicionados (...). Cada homem se apropria dos dados de sua cultura ambiente e os reinterpreta segundo seu estilo pessoal. A relação íntima não coloca frente a gente uma cultura e uma lesão, mas mergulha numa situação dolorosa particular um homem cuja história é única, mesmo que o conhecimento de sua origem de classe, de seu pertencimento cultural, de sua religião dê indicações preciosas sobre suas reações (LE BRETON, 2013, p.140).*

Le Breton nesta passagem aponta para os aspectos contextuais ou situacionais que configuram na manifestação da dor. Assim, é preciso ressaltar que o modo situacional da dor presente no desenvolvimento dos capítulos desta dissertação, através de das narrativas, que são de mulheres de diferentes culturas em situações parecidas de dor/sofrimento, a dor não deve ser compreendida apenas como mera regulação sensorial, que serve apenas como

qualidade de mecanismo de defesa contra as tensões de um mundo frequentemente, desacolhedor e agressivo. Mas, acima de tudo, ter como princípio, que a dor deve constituir um significado afetivo, que introduz um fenômeno fisiológico na consciência moral das pessoas, lembrando-lhes o absoluto valor de sua existência e possível "*transcendência*", no sentido de superar lugar de coisa, objeto, do em-si (BEAUVOIR, 2016), para tornar-se sujeita, protagonista de sua própria história. De acordo com Beauvoir (2016), só existe liberdade quando a mulher alcança a transcendência, quando sai da degradação de si, da sua desintegração como sujeita.

Como pode realizar-se um ser humano na condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Como encontrar dependência no seio da dependência? Que circunstâncias restringe a liberdade da mulher e *quais pode ela superar?* São algumas questões que a filósofo nos coloca no seu livro mais conhecido, intitulado *O Segundo Sexo*.

Conhecimento íntimo do poder de transcendência, no sentido *beauvoiriano*, é o de que essas mulheres entrevistadas não são um produto social, uma invenção do homem e, portanto, elas são aqui, observadas fora da ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, a heteronormatividade. As suas histórias narradas, o deslocamento para o Brasil, são as estratégias e táticas da luta para esta transcendência, para o encontro com a liberdade no país de sua *outra*, que são elas mesmas como sujeitas de suas histórias. Esta é uma luta que não acaba ainda.

A crítica da poetisa Adrienne Rich constata que “essas mulheres lésbicas estão fora da dominação masculina. De igual modo, a existência lésbica não comporta um modo obrigatório de vivenciar suas experiências de vida. Há, é certo, o lugar de recusa ao patriarcado e constantes atos de resistências.” (1980, p. 36).

Assim, em seu ensaio "Heterossexualidade compulsória e existência lésbica" Rich (1980) socorre sobre a noção de heterossexualidade compulsória e enfoca a perspectiva do "*contínuum* lésbico" que constitui uma rede de todas as mulheres que de uma ou outra forma se afastam e buscam superar as violentas normas de uma heterossexualidade compulsória, mulheres estas que não necessariamente "lésbicas", mas que tentam criar e fundar suas próprias organizações, suas próprias redes ou formas de resistências, esperanças e de luta contra as violências contra suas vidas, suas subjetividade e corpos.

É adjetivado como "lésbico" pela autora porque se coloca fora da



heterossexualidade obrigatória e patriarcal imposta a todas as mulheres (compulsoriamente esposas de homens, mães, submissas, recatadas, do lar, o outro ou objeto do poder masculino).

*M.K - Saímos de lá, com a sensação de que as pessoas que são contra o relacionamento homossexual, têm uma necessidade enorme de que nós, que somos lésbicas, gays ou trans, temos que nos explicar, nos expor, implorar: “Por favor, nos aceitem.” Ao perceber que nós não faríamos isso, o tal coordenador nos dispensou da sala dele.*

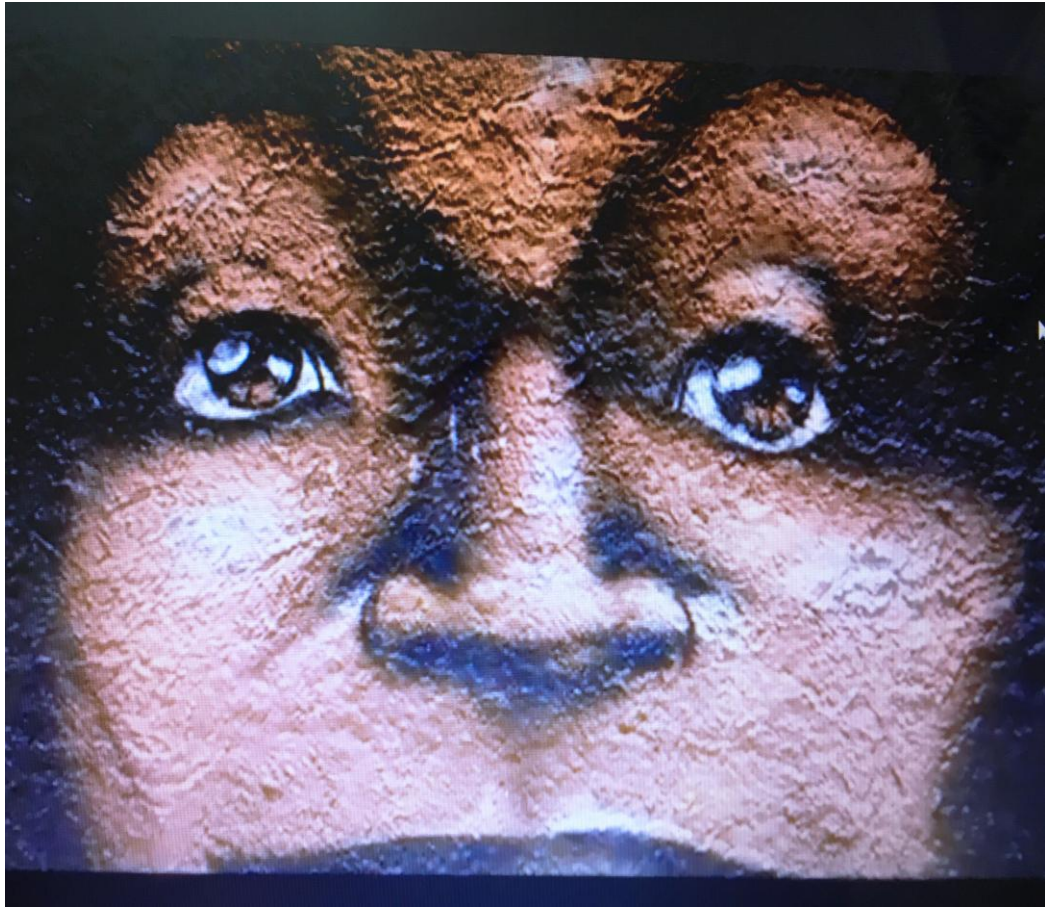
*L.L - Se eu continuasse em Moçambique, ia chegar num ponto em que me suicidaria. Eu já pensava em suicídio, a Y.H chegou a tentar (se matar). Eu ia esperar que algo acontecesse? Aprendi uma coisa: não vou mais ser submetida a esse tipo de coisa. Fiz isso a vida toda. Dei- xei que as pessoas fizessem de mim o que elas quisessem. Aqui (no Brasil) encontrei espaço para ser eu mesma, sem tabu, sem nada. Hoje sou uma pessoa mais alegre.*

*A.W - Quando eu vim morar aqui, por causa de outras mulheres que falaram: tem um lugar bem pequeno que tem vaga e que se eu tivesse trabalho conseguia pagar o aluguel, então eu vim pra cá. Lá em casa, compartilhamos tudo. Lá, ninguém fica sem comer. A gente que é mulher se ajuda...*

*M.K - Ah, comecei a ter um pouco de esperança, em setembro de 2015, eu participei do I Festival das Diversidades. Esses eventos acontecem fora daqui, em outras universidades e não na universidade que estudo. A gente pode ouvir pessoas que estão na mesma situação. E que fala sim, do que acontece com gente igual a mim e minha na- morada. Foi isso que me deu forças para conseguir sobreviver aqui no Brasil.*

Diante desses atos de resistências que contribuem muito, senão quase que totalmente, para a existência lésbica e a constituição de um ‘*continuum*’ lésbico, que não está condicionado ao corpo em si, mas na empatia, na sororidade e companheirismo em busca de objetivos comuns: os de superação da violência em sua a dimensão ética, política e prática que as tornam guerreiras afro-atlânticas, aquelas mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil, ainda que elas encontrem aqui um país (infelizmente) racista, sexista, homo-bi-les-transfóbico e classista.

Imagem 7 – MULHER NEGRA VIVE!– Centro de São Paulo, Grafiteiro: Aleksandro Reis e do Grupo Opni



Fotografia MK, 2017

## 5.2 “A Senhora do Destino”

A novela *Senhora do Destino* foi ao ar pela Rede Globo de Televisão de segunda a sábado, às 21h, entre os dias 28 de junho de 2004 e 11 de março de 2005. Foi escrita por Aguinaldo Silva, ex-militante do movimento Gay. A novela teve direção geral de Wolf Maya e foi dividida em duas fases: a primeira, ambientada em 1968 e a segunda 25 anos depois.

No início da novela, Eleonora é médica, séria e trabalhadora. Nesse ínterim, é apresentada ao público como uma filha exemplar. Só então, quase um mês depois que a novela está no ar, surge o primeiro indício de que Eleonora não se enquadrava no papel de gênero que é esperado das mulheres. Jenifer é orfã de mãe, foi criada pelo pai e o irmão, estudante de Fisioterapia, surge desde o início da novela como uma moça caseira e estudiosa que prefere se dedicar aos estudos e que “não tem tempo para namorar”.

O romance das personagens Eleonora e Jenifer ocorre paralelamente à história principal. Elas se aproximam e há uma demonstração de empatia recíproca. As moças começam a sair juntas para programas como: comer pizza, tomar sorvete e ir ao cinema. Jenifer tem cada vez mais demonstração de afeto e carinho por Eleonora.

Cumprimentando-se diversas vezes, com “selinhos” (beijos rápidos nos lábios). Passando a chamar cada vez mais a atenção das pessoas ao redor. Em um dado momento, elas são questionadas sobre o motivo de não terem namorados. Essas intervenções geralmente, são feitas por parentes próximos dentro do núcleo familiar. No decorrer da trama, há um episódio em que um grupo de rapazes incomodados com a presença delas, com frases agressivas e irônicas. No entanto, Eleonora os ignora mas, Jenifer parece não fazer a menor ideia do que representa o relacionamento entre elas.

Ocorre que, em uma determinada ocasião, o pai de Jenifer ao ver a filha dormindo no chão da sala ao lado da amiga Eleonora, decide conversar com a filha e alertar sobre a natureza do sentimento que a médica nutre por ela. Fazendo-a acreditar que a atração não é recíproca. Jenifer fica mais angustiada ainda, quando ouve do irmão que as duas estão sendo chamadas de “sapatão” nas ruas do bairro.

Diante disso, Jenifer tem um crise nervosa, fica descontrolada e sai a procura de Eleonora, ficando mais confusa ainda, quando a médica revela ter que tem intenções amorosas em relação à Jenifer. Entretanto, Jenifer fica surpresa e vai embora aos prantos garantindo nunca mais ver Eleonora.

No decorrer dos capítulos seguintes, Há uma negação do sentimento por parte de Jennifer que persistiu durante o tempo de ficção de aproximadamente duas semanas. Assim, as famílias começam a notar e os parentes a se envolver. Há uma negação do sentimento por parte de Jenifer.

Nesse período, Jenifer inicia um relacionamento com outro personagem, amigo do pai dela, como meio de reafirmar sua heterossexualidade. Porém, o relacionamento não avança para uma maior intimidade mesmo com as cobranças do atual namorado. Até que o rapaz refere que ouviu boatos sobre a amizade entre Jenifer e Eleonora, que ocasiona um rebuliço na relação dos dois. Jenifer o expulsa de casa.

Após o ocorrido, Jenifer acaba por se embriagar e vai para frente da casa da médica. Amparada pela mãe de Eleonora que aconselha Jenifer a conversar com sua filha numa outra ocasião, a moça foge. Eleonora decide ir à casa da amiga para esclarecer os

fatos. Jenifer relutante decide conversar. Mesmo sem entender discute a situação. Eleonora afirma que para entender as duas vão ter que “descobrir juntas”. Elas se abraçam, dormem juntas, mas não avançam na intimidade.

Na manhã seguinte, já comprometidas debatem a condição de assumirem o relacionamento. Eleonora dá um selinho em Jenifer e a convida para o banho. Jenifer responde: “vou adorar.” Ato consumado, Jenifer muito mais decidida os encontros tornam-se frequentes, pois as noites são passadas juntas e longe dos familiares por medo e insegurança da não aceitação.

Logo, começam as reações/observações homofóbicas. Mas, Jenifer defende o relacionamento frente ao pai, que aceita apesar da resistência. Os ataques mais incisivos são do irmão. Na casa de Eleonora a situação também se complica com a expulsão de casa pelo pai, que só volta atrás ao ver sua filha salvando uma vida no hospital onde ela trabalha. Eleonora e Jenifer decidem morar juntas.

Na noite de réveillon, Jenifer vai ao hospital onde Eleonora cumpre plantão para brindar a chegada de um novo ano, ao levar Jenifer até a porta, encontra um bebê abandonado na lixeira.

Nesse momento, decide iniciar o processo de adoção e passa a cuidar do menino. Com o apoio e o envolvimento das famílias e de acordo com Jenifer que mesmo sabendo que o menino terá vínculos legais apenas com a médica, a alegria de formar uma nova família supera qualquer norma heterocentrada.

Surpreendentemente, elas são presenteadas pelo pai de Jenifer com um apartamento. Assim, elas passam a morar juntas. A justiça concede a guarda do menino Renato, nome que Eleonora dá a criança passando a criá-lo na companhia de Jenifer. A novela termina com o casal em união estável e juntinho com o filho em perfeita harmonia familiar.

Vale ressaltar que a noção de amizade adotada no decorrer dos capítulos, em que as personagens interagem, busca orientar a necessidade de responder aos interesses da família “padrão” a garantia dos espaços de sociabilidade controlada, ou seja, relações que possam aproximar as famílias, sem colocar em risco as “normas familiares”.

O término da telenovela é marcado com o casal de mulheres em união estável, juntinho com o filho e, em perfeita harmonia familiar. Nesse caso, a telenovela tem uma

finalidade para além da mercadológica, pois sugere uma abertura para a exposição midiática do tema da homossexualidade/lesbianidade. De fato, a telenovela, ocupa um lugar central na construção dos “problemas sociais” na contemporaneidade ao aproximar esferas privada e individual e esfera pública promovendo o acesso a códigos, modelos e representações antes acessíveis somente a algumas parcelas da sociedade, como no caso das personagens que representam mulheres brancas e de classe média.

É importante lembrar que as novelas da Rede Globo são exportadas para vários países do mundo. O alcance social é ainda maior do que os expressos pela mídia. Não sendo diferente no país de nacionalidade de uma das entrevistadas, que referiu ter assistido a telenovela no ano de 2012. Entretanto, isso nos permite compreender que há posicionamentos políticos o tempo todo, e esses posicionamentos estão intimamente relacionados ao contexto social e histórico de cada pessoa que interage em um processo de construção e circulação de repertórios sobre lesbianidade que se insere no campo social.

*L.L. Eu decidi sair de Moçambique, ao assistir a novela “Senhora do Destino” e ver um casal de mulheres. A novela me fez reviver, renascer, eu me sentia morta... Não podia falar... Ninguém me ouvia... Ao ver aquelas mulheres se amando eu pensei: também posso amar! Vou para o Brasil. Lá, eu e minha companheira vamos viver em paz. Eu só queria viver o meu amor. Por que era tão difícil de meu povo, minha família e a família dela aceitar? Mas, na novela era possível! Foi aí, que vi no Brasil oportunidade de viver e poder falar e amar.*

Esta novela, citada por L.L. como motivadora para seu pedido de refúgio no Brasil, parece demonstrar uma realidade que reflete a população LGBT no Brasil, sendo apenas uma parte e não a totalidade.

Por meio da construção da história e do encadeamento da narrativa, a telenovela construiu um mundo no qual é possível - e até necessário - distinguir os comportamentos e relativizar o seu ponto de equilíbrio. Se, por um lado, as personagens ficcionais pretendem educar a respeito do entendimento sobre o comportamento um casal de lésbicas, como um não problema social, de outro, elas reforçam possibilidades de um padrão de comportamento do familiar heteronormativo que este casal deve manter.

De certo modo, quase toda ficção, faz um recorte de temas, épocas, classe social e raça. Entretanto, há dados relevantes da condição de vida da população brasileira que se identifica como LGBT e também para as mulheres brasileiras, como demonstra os dados abaixo listados:

- O Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. São os Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O Brasil pode ter a taxa de quase meio milhão de estupros a cada ano.

- Cerca de 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. Quem mais come- te o crime são homens próximos às vítimas, dentro de casa, familiares. (Fonte: Ipea, com base em dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde)

- A cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física. (Fonte: Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha)

- O assassinato de mulheres negras aumentou (54%) enquanto o de brancas diminuiu

- (9,8%). (Fonte: Mapa da Violência 2015)

- Muitas precisam recorrer ao abortamento ilegal e estima-se que um milhão de procedimentos, em geral inseguros, são realizados por ano no Brasil, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). A cada dois dias uma mulher morre por complicações decorrentes do aborto ilegal no País (DINIZ, MEDEIROS & MADEIRO, 2017).

- Em 2013, 13 mulheres morreram todos os dias vítimas de feminicídio, isto é, assas- sinato em função de seu gênero. Cerca de 30% foram mortas por parceiro ou ex. (Fonte: Mapa da Violência 2015)

- 2 em cada 3 universitárias brasileiras disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente universitário. (Fonte: Pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon, de 2015).

- O primeiro Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil mostra crescimento da violência contra mulheres lésbicas, lançado em 7 de março de 2018, revela que em 2014, foram registradas 16 mortes. Em 2017, o número passou para 54 – um aumento de 150% de casos em quatro anos. Só nos dois primeiros meses de 2018, já foram registradas 26 mortes por lesbocídio. Assim como o feminicídio, o lesbocídio – termo apresentado pela primeira vez

no Brasil na pesquisa – é motivado pela misoginia (ódio a mulheres), porém seguem lógicas diferentes. Enquanto o feminicídio generalizado é, na maior parte das vezes, um crime doméstico, 83% dos crimes contra lésbicas são cometidos por homens que não necessariamente possuem algum tipo de parentesco com a vítima, mas que têm algum tipo de aversão a lésbicas em geral – ou seja, lesbofobia. (PERES, SOARES e DIAS, 2018).

- O Brasil matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras. Vale ressaltar ainda que, os nossos números de mortes são subnotificados, pois, infelizmente, não existe no Brasil um banco de dados governamental sobre mortes de LGBT. Os dados apontam que a sociedade brasileira ainda é extremamente sexista, machista e misógina.

É fundamental situarmos as narrativas ficcionais em meio aos contextos sociais, culturais e políticos nos quais elas se inserem - caso contrário, corre-se o risco de dissociar essas produções das circunstâncias mais amplas nas quais elas se constituem e circulam cotidianamente.

Refletir sobre a telenovela como uma das importantes instâncias em que a lesbianidade é retratada e significada traz à tona o estopim motivador de forma positiva, promovendo assim, uma vinculação entre as materialidades midiáticas e as realidades que circundam o universo das pessoas que as consomem.

Há, nesse sentido, o domínio das imagens, do poder da representação das cenas em detrimento da própria vida, que configuram de certa forma, para a entrevistada, como um balizador que aponta para uma nova possibilidade de ação dentro de uma nova ordem racional, onde essa vivência dos episódios diários de espetáculo como se fosse realidade, quando, na verdade, é apenas simulacro, que coloca em jogo a relação entre espetáculo e a essência.

Seguindo essa postura analítica, na fala da entrevistada a aparência e a essência daquilo que ela vê tem como centro irradiador o escapismo, a busca pelo “lugar de fala da mulher negra e lésbica”, o sonho de uma sociedade ideal propriamente dita, o seu ponto de fuga.

Ponderar sobre esse lugar é causar rompimentos importantes do “silêncio instituído e da hierarquia violenta” (RIBEIRO, 2017). Assim, a telenovela o ponto de partida entre a

afirmação da singularidade e do desejo que fez fluir a liberdade cerceada por uma sociedade lesbofóbica, conforme apresentado, em sequência, estes dois trechos da entrevista com L.L.:

*L.L- Aconteceu em Moçambique. Eu e minha esposa agora... Antes, ela era somente a minha namorada. Nossa relação foi abalada por uma ação policial. Nos levaram para a delegacia porque a Y.H estava dirigindo sem carteira de motorista. Normalmente, eles só aplicariam uma multa, mas quiseram nos levar. Colocaram ela numa cela, e o próprio delegado a assediou. Ele disse que ela tinha que me deixar porque ele poderia lhe dar coisas melhores. Um agente da lei! Aí você começa a pensar: se um agente da lei faz isso, o que um civil pode fazer? Se eu continuasse em Moçambique, ia chegar num ponto em que me suicidaria. Eu já pensava em suicídio, a Y.H chegou a tentar (se matar). Eu ia esperar que algo acontecesse? Aprendi uma coisa: não vou mais ser submetida a esse tipo de coisa. Fiz isso a vida toda. Deixei que as pessoas fizessem de mim o que elas quisessem. Aqui (no Brasil) encontrei espaço para ser eu mesma, sem tabu, sem nada. Hoje sou uma pessoa mais alegre. [...] Eu decidi sair de Moçambique, ao assistir a novela “Senhora do Destino” e ver um casal de mulheres. A novela me fez reviver, renascer, eu me sentia morta... Não podia falar [...] Mas, na novela era possível! Foi aí, que vi no Brasil oportunidade de viver e poder falar e amar.*

O imaginário social constituído pela entrevistada L.L sobre as brasileiras, por intermédio da telenovela constituem o espetáculo imagético *versus* a essência humana. A imersão da entrevistada nesse contexto imaginário traz à tona uma nova ordem das relações humanas, na medida em que se apresentam como possibilidades de viver o que se é. O embate do “espetáculo imagético” *versus* “essência humana” pode ser definido claramente na seguinte passagem de Tranquilin-Silva (2007):

Os receptores sabem que aquelas imagens, narrativas, tramas fazem parte de uma ficção, que os atores e atrizes estão representando um papel, mas, tanto esse papel quanto aquelas imagens têm um forte vínculo com a realidade que os cerca e em que circulam de forma real e imaginária, também, os agentes da produção. Neste momento, é certo dizer que há uma identificação entre as imagens produzidas, as cenas em que chegam ao receptor e o cotidiano, as emoções, os sentimentos por eles (as) vividos. (TRANQUILIN-SILVA, 2007, p. 146)

Vivenciar um período em que as informações mais explícitas, por intermédio da



tele-novela fundamentam a apropriação individual, produção de significados. Assim, a receptora não pressupõe limitações derivadas das proibições em seu país de origem, pois o sentido que ela a atribui à ficção um deslocamento e uma subversão daquilo que a sociedade lhe impõe como regra.

Nesse sentido, tanto as imagens produzidas e as cenas que chegam à receptora são gestos de rupturas das maneiras de ver que asseguram sua compreensão. De acordo com Tranquilin-silva (2007), “[t]odo território de ficcionalidade se constitui de uma fronteira, que é movediça e não estanque, entre aquilo que faz parte da natureza humana, das subjetividades individuais, e aquilo que se mostra como matrizes culturais.” (2007, p. 4). Nas palavras da entrevistada: "Foi aí, que vi no Brasil oportunidade de viver e poder falar e amar", disse L.L. e em outro momento ela disse: “Hoje sou uma pessoa alegre”.

Trazer a novela para o centro do debate aqui é trazer, ainda que metaforicamente, o refúgio por orientação sexual não apenas no seu sentido de dor, sofrimento e lamento pelo seu país (ainda que isto tudo esteja presente), mas também de potência e de emancipação, de possibilidade de ser si mesma, afirmar seus desejos e seus amores, de aprendizados e esperanças.

Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importante para que fujamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

O destino Brasil é representado como lugar de escrita de si, lugar para amar e protagonizar sua própria história para que seja possível protagonizar também a história de seu povo, que ficou do outro lado do atlântico:

*L.L. - Refugiada, lésbica, negra e africana é complicado aqui no Brasil, por ser quatro em um. Mas, na África é só complicado por você ser lésbica. Porque eu venho de um continente... [...] Não vou só falar de Moçambique [...] Vou falar de um continente que é muito, mas muito conservador e machista. Em que a mulher já cresce com rótulos... Certo. A mulher já cresce sendo ensinada que ela tem servir o homem. Entendeu?*

*L.L O Brasil, “me resgatou a minha dignidade”. Porquêêêê... Hoje, eu posso vestir aquilo que eu gosto. Hoje, eu posso andar com a minha companheira de mãos dadas. Hoje, eu posso dizer para as pessoas que o preconceito não é a melhor maneira de você lidar com aquela pessoa que você acha que não é normal. Que acima de tudo é um ser humano comum como qualquer um...*

*L.L - Então, aquilo que ficou em Moçambique é passado. Mas, faz parte da minha vida. Eu quero esquecer sim, quero, mas se eu tenho que falar, pra poder superar eu vou falar. O que o Brasil faz hoje, me ouvindo, as pessoas que estão aqui, que me ouvem me encorajam para que eu lute pelos meus direitos. Pra que um dia eu possa consueguí-los no meu país. Assim como eu falo aqui, eu gostaria muito de falar no meu país para as pessoas entenderem que eu sou normal como elas.*

Portanto, não é só para L.L, autora da fala, mas também para as outras entrevistadas, e também para nós mulheres brasileiras, este é um lugar de ser e de existir, o que pode nos levar a perguntar: que país é este o nosso? Que comunidade de destino estamos construindo para nós todas? Este é o nó que liga as memórias narradas pelas entrevistadas e as mulheres brasileiras, onde nos encontramos com estas mulheres, africanas, negras e lésbicas. Não seríamos nós, mulheres brasileiras, também refugiadas em nosso próprio país?

Retomamos aqui a noção de que as "mulheres" podem ser considerados um grupo social específico em situação de refúgio, conforme já sugerido pelo relato do ACNUR (2014), tomando como referência que as mulheres brasileiras estão diante de um quadro grave de violência contra elas no país, e que foi descrito acima, e que também é relatado por M.K. :

*M.K- Já era rotina, os alunos nos apontavam nos corredores, xingavam, faziam piadas, enfim, a gente tinha medo que eles batessem na gente. Por isso, que não ficamos mais tão próximas. A gente entrava no banheiro e via as pichações contra a gente e contra gays, trans, todo mundo... A gente sabia que as pichações eram para nós... Até que um dia, teve um show sertanejo perto da universidade. A gente tava saindo, tinha uns caras que pareciam ser alunos da engenharia e eles jogaram garrafinhas de água e gritavam: “sapatona, cadê você? Eu vim aqui pra te f\*\*\*\*!” Nós corremos muito, muito, muito aquele dia... Dá pavor só de lembrar...*

É, portanto, a coragem de escrever suas histórias, de encontrar-se a si mesmas no Brasil, de serem *Senhoras do Destino*, que as experiências vividas por estas mulheres apontam; e, assim, é a coragem de seguir o que Anzaldúa (2000), de modo pungente, clama às mulheres do terceiro-mundo:

*Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.*

*Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas.*

*Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos.*

*Com amor, Gloria (ANZALDÚA, 2000, p. 235)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se na metodologia de pesquisa etnográfica e nos diversos estudos inter e multidisciplinares de gênero, raça, classe, sexualidade, migração e refúgio, esta pesquisa pretendeu apresentar as vivências das mulheres refugiadas no contexto da cidade de São Paulo.

Reconhecendo as dificuldades, as complexidades e as contradições que permeiam o *locus* do refúgio, as observações de campo e as entrevistas com as participantes, ajudaram e esboçar uma análise sobre como a experiência de mulheres negras refugiadas envolve construções, transformações e rupturas quando vistas para além do contexto do refúgio.

Além disso, a pesquisa trouxe inquietações necessárias para uma leitura que seja feminista, negra e utópica. Refiro-me aqui, às autoras bell hooks e Angela Davis, Djamila Ribeiro, entre outras.

As memórias despertam nessas mulheres, os fatos sucedem-se, mas já não é a exposição retrospectiva, é o próprio tempo do que ocorreu outrora que se inscreve na vivência de hoje, e a vida em movimento contínuo promove uma expressão livre e arejada, permitindo a cada uma manifestar-se espontânea e intensamente, no tom e no sentido que melhor lhe convenha.

Os países de origem que são: República Democrática do Congo, Uganda e Moçambique quando rememorados por elas trazem a tona uma dignidade afetiva. As memórias das belezas da praia do Entebbe, da iguaria Katchiúvah e dos lugares de paz e calma que lhes serviam de refúgio contra toda discriminação.

O encanto em suas falas sobre suas lembranças é que tudo parece ser comum a todas. Nenhum sentimento nelas se diferencia dos sentimentos gerais, que visitam qualquer ser humano, de qualquer classe, raça ou em qualquer país. Essas mulheres dirigem-se igualmente a todas, e por isso mesmo são restritas as matérias de suas poesias-vivências-memórias: uma ternura cúmplice as embebe, como as ondas da praia do Entebbe na maré baixa.

Há uma espécie de infiltração sem surpresa, que faz delas singulares trazendo consigo uma disposição natural para as emoções fáceis, ligadas a uma graciosa modéstia, capazes de exprimir ou denunciar algo muito mais forte, mais inquietante, que nelas irrompe como um turbilhão de emoções.

Parafrazeando Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio.” As memórias que essas mulheres trazem à tona, não são simples falas e meras lembranças, mas densos, tão firmes e tão potentes que nunca se apagarão, são todas as marcas do tempo vivido, pleno e restaurado com cuidadosas pinceladas de (re)memorar.

A acidez de suas palavras têm um mel oculto, e nessa doçura íntima de lembrar a preocupação com os familiares que lá deixaram, o desejo de serem livres, a intenção de ajuda mútua assumem formas de uma discreta, mas calorosa solidariedade. Há, um conforto em saber que mesmo na sombra uníssona e homogênea do conceito “refúgio” este não é capaz de romper o ritmo de uma ligação horizontal e não hierárquica entre mulheres. A noção de individualidade desaparece ante o espetáculo sempre espontâneo e gratuito das trocas sentimentais.

\* \* \*

Finalizo este estudo que resultou de um contato direto e pessoal com o universo de mulheres negras, lésbicas e refugiadas, com a sensação de ter realizado ao lado delas, uma espécie de *flanerie*, que é o passeio ao ar livre, feito lenta e vagorosamente, conversando, contemplando a beleza e a rudeza da cidade de São Paulo. Para Baudelaire, a cidade é sedutora até pelos lugares ruins, por onde se deixa levar em suas andanças como um divagador. Assim, o que há de mais encantador e de mais apreciável em “flanar” é que há um exercício moral nesse ato. Tudo nestas mulheres passeiam: o corpo e a alma, os olhos e a imaginação.

Munida com um diário de campo nas mãos, como um dispositivo que retém escritos, absorve e assimila a existência dessas mulheres sob um teor testemunhal, notei que a pesquisa-vivência se inscreve na tríade: pesquisadora/texto/cotidiano que me ensinou a ler com ou tros olhos, provocou um deslocamento na apreensão de que tudo está por acontecer.

É nesse exercício que se configura a capacidade de fruição do espaço público, pela experiência entre-mulheres-cidade, decodificando a leitura desse espaço, como dissidentes de rígidas identidades sociais, sexuais ou geracionais e, que têm como ponto de partida a crítica ao patriarcalismo e o racismo como padrões hegemônicos que governam suas identidades de gênero e sexualidades. Nesse sentido, foi possível compreender como elas

vivem e se autorrepresentam no contexto de refúgio, pois esta pesquisa tornou-se paisagens e tramas em constantes movimentos, já que suas vozes ecoam na tessitura das vivências compartilhadas. São essas mulheres que construíram outra forma de expressão, burlando o silenciamento da condição de refúgio- das que convergem numa perspectiva libertária.

Percebi, então, que os resultados encontrados nessa pesquisa-vivência elucidaram algumas perguntas e suscitaram outras tantas questões que ainda permanecem em aberto e nos convidam a um aprofundamento empírico da pesquisa. Tais questões a serem aprofundadas são: Como pensar a condição de refúgio através de uma perspectiva de gênero, dos direitos humanos das mulheres?

É possível ensinar a transgredir uma educação tradicional, para se construir uma educação descolonizada, que seja capaz de abranger as questões de gênero, raça, classe e sexualidade? Há ainda a condição que nem todas se identificavam enquanto lésbicas, mas afirmavam desejos/práticas afetivo-sexuais por/com pessoas do mesmo sexo. E, conseqüentemente, se colocam nas condições de sujeitas que vivenciam experiências individuais e coletivas, resgatando-as para (re)significá-las em uma nova realidade social em que a orientação sexual não é definida conforme normas e convenções.

Assim, a pesquisa de campo de cunho etnográfico possibilitou compreender juntamente com essas mulheres, com suas experiências e seus modos de pensar que a categoria refugiado, em que momento a categoria refugiado deixa de ser uníssona e homogênea para então, ser historicizada a partir da perspectiva de gênero, bem como o [re]conhecimento dos lugares de fala dessas mulheres produzindo maneiras de legitimação política e uma visibilidade da própria existência, com o propósito de reconhecer que nesse contexto, elas podem exercer sua cidadania e seus direitos em totalidade.

Entretanto, há tipos de deslizamentos, sobreposições, que parecem irreversíveis quando diante das adversidades enfrentadas, pois escrever esta dissertação, em meio aos retrocessos políticos, frente à saída do Brasil do Pacto Global para Imigração, Segura, Ordenada e Regular, da Organização das Nações Unidas (ONU), sob a equívoca afirmação de que haveria violação da soberania nacional é de fato, uma falácia. A imigração não é um problema. A falta de informação, o preconceito e a discriminação são problemas reais e estruturais, que necessitam ser discutidos e combatidos. Desde então, escrever foi uma das tarefas mais difíceis que exerci em minha pesquisa de campo, mas que as vozes ouvidas

me trouxeram alento e esperança ao saber da possibilidade de se incorporar a perspectiva de gênero na resposta humanitária, em algumas cidades do Brasil, tornando realidade na proteção de meninas, mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo, pude encontrar forças para continuar.

Foi um exercício de escrita final com dores, com esboços de angústia, mas com base na esperança. A escrita aqui é um instrumento de resistir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 01. Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. **UNHCR Distr. GERAL**, n. 1, p. 1-13, 7 maio 2002a. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9738.pdf?view>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 02. “Pertencimento a um grupo social específico” no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou seu Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. **UNHCR Distr. GERAL**, n. 2, p. 1-7, 7 maio 2002b.

Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9741.pdf?file=file-admin/Documentos/BDL/2014/9741>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 09. Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. **UNHCR Distr. GERAL**,

n. 9, p. 1-31, 23 out. 2012. Disponível em: <<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9748.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ANZALDÚA, Glória. **Boderlands: the new mestiza/La frontera** 4<sup>a</sup> ed. San Francisco Aunt Lute Books, 2012.

\_\_\_\_\_. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

AGUIAR, N.; FERNANDES, D. C. & NEVES, J. A. B. (2007), “Mobilidade social feminina”, in Neuma Aguiar (org.), *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*, Belo Horizonte, UFMG.

ASSIS, Gláucia. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 15, n. 3, p. 695-697, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/29764>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ANDRADE, Vítor Lopes. **Imigração e Sexualidade**: solicitantes de refúgio, refugiados e



re- fugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180900>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ALMEIDA, Miguel Vale. **A Chave do Armário: Homossexualidade, Casamento, Família**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, vol. 2, Tradução Sérgio Millet. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*; tradução Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENTO, Berenice. **Na Escola que se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

CARNEIRO, Wellington. Mudanças nos ventos e a proteção internacional dos refugiados. *Universitas Relações Internacionais*, UNICEUB, Brasília, v. 3, n.2, Julho-Dezembro 2005, pp. 73- 108.

COELHO, Joana Maria Botelho Lucas. **Mulheres refugiadas em Portugal**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestre em Antropologia) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/11465>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Liberdade É Uma Luta Constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. & MADEIRO, A. Pesquisa Nacional do Aborto 2016. *Ciências e Saúde Coletiva*, 22(2), 653-660, 2017.

EASTMOND, Marita. Stories as lived experience: narratives in forced migration research. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 248-264, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/jrs/fem007>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FRANÇA, Isadora Lins; OLIVEIRA, Maria Paula. “Refugiados LGBTI”: gênero e sexualidade na articulação com refúgio no contexto internacional de direitos. **Travessia - Revista do Migrante**, n. 79, p. 33-50, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.4shared.com/web/pre-view/pdf/7xEhJOx2ei>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FONSECA, Cláudia. **O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos**

da **etnografia ‘em casa’**. In: *Ética e pesquisa etnográfica, mesa durante o Seminário do NACI (Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS)*, 2007, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FONSECA, Cláudia. **O. Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e vio- lência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. 245 p.

FONSECA, Cláudia.O. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educa- ção**. Revista Brasileira de Educação, v. 10, p. 58-78, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973. Tradução: Fanny Wrobel, revisão técnica: Gilberto Velho. Zahar editores. p. 20

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza; MENDES, Víctor A. O Brasil como Estado de origem para refugiados LGBTI: contradição entre âmbitos interno e externo. In: *Seminário De Relações Internacionais Da Associação Brasileira De Relações Internacionais – ABRI, 3º*, Santa Catarina, 29-30 set. 2016. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2016a. Disponível em: <[http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474655631\\_ARQUIVO\\_Brasilcomoes- tadodeorigemedeasilopararefugiadoslgbti.pdf](http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474655631_ARQUIVO_Brasilcomoes- tadodeorigemedeasilopararefugiadoslgbti.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GREEN, Nancy. Dos estudos de migração para os estudos de mulheres para gênero. AREND, Silvia F., RIAL, Carmen S.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Diásporas, Mobilidades e Migra- ções**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. pp. 34-42.

HARRELL-BOND, Barbara; VOUTIRA, Eftihia. In search of ‘invisible’ actors: barriers to access in refugee research. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 281-298, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/jrs/fem015>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

HASENBALG, Carlos. (2005), **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, UFMG/Iuperj. HASENBALG, C. & VALLE SILVA, N. (2003), *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro, Topbooks.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

hooks, Bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas/**Dossiê Mulheres Negras**., Rio de Janeiro, v.3, n.2, .1995.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Pedagogia do armário: a normatividade em ação*. **Revista Re- tratos da Escola**. Brasília, D.F, n. 13. V7, p. 481-498, jul/dez. 2014.

LEÃO, Renato Zerbini R. (Comp.). **O reconhecimento dos refugiados pelo Brasil:**

decisões comentadas do CONARE. Brasília: CONARE; ACNUR, 2007. Disponível em: <<http://www.-corteidh.or.cr/tablas/24507.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional de Refugiados e Apátri- das. 4ª Ed. 2012, ACNUR. Unidade de Proteção.

LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

LAMMERS, Ellen. **Researching refugees: preoccupations with power and questions of giving**. *Refugee Survey Quarterly*, Oxford, v. 26, n. 3, p. 72-81, jan. 2007. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1093/rsq/hdi0244>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 14, n.

26/27, p.152-158, 2006. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/39/31>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MALKKI, Liisa H. **Refugees and exile: from ‘refugees studies’ to the national order of things**, *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 495-523, 1995. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/2155947?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2155947?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MALKKI, Liisa H. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization.

**Cultural Anthropology**, Houston, v. 11, n. 3, p. 377-404, 1996. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/656300?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/656300?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MORALES, Ofelia Woo. La migración de las mujeres: ¿Un proyecto individual o familiar? **REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 23-45, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4070/407042006003.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

MENDES, Víctor Augusto. A. **O Caso da lei russa de censura LGBTI: uma análise amparada pelo direito internacional dos refugiados**. São Paulo: Amazon, 2017.

MENDES, Víctor Augusto. A. **Perseguição e refúgio LGBTI: a lei russa de censura às formas não tradicionais de relação**. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Santos, Santos, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Saúde, 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/30404439/Perseguição\\_e\\_refúgio\\_LGBTI\\_A\\_lei\\_russa\\_de\\_censura\\_às\\_formas\\_não\\_tradicionais\\_de\\_relação](https://www.academia.edu/30404439/Perseguição_e_refúgio_LGBTI_A_lei_russa_de_censura_às_formas_não_tradicionais_de_relação)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

MENDES, Víctor Augusto; GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza. **É relevante falar do refúgio fundamentado pela orientação sexual e identidade de gênero?**. In: ENCON- TRO DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - EPRI, Marília, 2016b.

MULLER, Felipe. **Refugiados Homossexuais: o Código Penal Iraniano e as violações ao Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 2012. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103810/Monografia%20do%20Felipe%20Orsolin%20Muller.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

NASCIMENTO, Daniel. **A proteção de refugiados LGBTI no Direito Internacional**. In: Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: Tecnociência, Humanismo E Sociedade, IV, Lajeado, 2015. **Anais...** Lajeado: Univats, 2015, p. 110-115. Disponível em: <[https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/141/pdf\\_141.pdf](https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/141/pdf_141.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

OLIVEIRA, Roberto C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia (USP), v. 39, n.1, São Paulo, 1996.

RES, Milena; SOARES, Susane Felliipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil** : de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PEIRANO, Marisa. (2006). **A Teoria Vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 209-219 “Etnografia, ou a teoria vivida”, texto da conferência de abertura de “A graduação em campo” de 2007, evento organizado pelo Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo e divulgada em <<http://journals.openedition.org/pontour-be/1890>>. p.6

PAIS, José Machado. Nas Rotas do Quotidiano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, p. 105-114, jun. 1993.

Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/37/Jose%20Machado%20Pais%20-%20Nas%20Rotas%20do%20Quotidiano.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**/tradução Ricardo Santhiago.- São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 10.

RIBEIRO, C. A. D. C. (2003), “**Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil**”, in Carlos Alfredo Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (orgs.), *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, Topbooks. [ Links ]

RIBEIRO, Djamila. *O que é o lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, C. A. D. C. (2007), *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru, SP, Edusc.

RIBEIRO, C. A. D. C. (2009), *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte, Argvmentvm.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. 1980.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVA, Josefina de Fátima Tranquilin. **O erótico em Senhora do Destino: recepção de tele-novela em Vila Pouca do Campo**, Portugal. 2007.

SANTOS, Júnior. A. F. (2009). “A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil”. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (70): 37-60.

SANTOS JÚNIOR, E. D. R. D.; MENEZES-FILHO, N. & FERREIRA, P. C. (2005), “ Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 35 (3): 299-332

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. Moraes das Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: A dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do Acnur no combate a essa violência. **Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, p. 216-234, 2016.

TURTON, David. **Conceptualising forced migration**. RSC Working Paper, Oxford, n. 12, out. 2003. Disponível em: <<https://www.rsc.ox.ac.uk/files/files-1/wp12-conceptualising-forced-migration-2003.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

VALLE SILVA, N. (1981), “**Cor e o processo de realização sócio-econômica**”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 24 (3): 391-409.

WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?** *Horizontes Antropológicos*, vol. 15, nº 32, p. 157-170. Jul./dez 2009.

WANER, Michael. ***Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory***. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

*APÊNDICE*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - Sorocaba**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
**(Resolução 466/2012 do CNS)**

**GUERREIRAS AFRO-ATLÂNTICAS: MULHERES REFUGIADAS EM BUSCA DE SUA OUTRA NO BRASIL**

Eu, Cileide Luz Soares Inácio, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (Sorocaba) a convido participar, de forma voluntária ao conceder-me uma entrevista, da pesquisa: “Guerreiras afro-atlânticas: mulheres refugiadas em busca de sua outra no Brasil”, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Viviane Melo de Mendonça.

A pesquisa teve como objetivo analisar sobre como as especificidades de gênero, raça, classe e orientação sexual no contexto do refúgio configuram as vivências situadas no cotidiano de mulheres e em suas experiências de vida prática e subjetiva. Objetiva-se ouvir e registrar as histórias e trajetórias que possam contribuir para reflexão sobre como mulheres negras, refugiadas e lésbicas vivem e se autorrepresentam no contexto de refúgio.

Você foi selecionada por ser uma mulher nestas condições a responder uma entrevista pouco estruturada com alguns tópicos sobre aspectos que envolvem o tema da pesquisa. A entrevista será individual e realizada no local que preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade, entretanto, caso a participação gere estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações, as participantes terão garantidas: pausas, liberdade de não responder alguma pergunta e podem interromper a entrevista a qualquer momento.

Sua participação auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação, com construção de novos conhecimentos e identificação de novas alternativas e possibilidades que contribuem para reflexões e problematizações no campo de estudos de gênero, educação e refúgio, em um viés teórico-metodológico e para formulações de políticas públicas.

Sua participação é **voluntária** e a qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação à pesquisadora, à Instituição e/ou grupos e coletivos em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o **sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo**. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de **anonimato** nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Ainda, solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista serão transcritas e utilizadas apenas para fins científicos.

Você receberá uma via deste termo, a ser assinado por você, pela pesquisadora e orientadora, onde constam os contatos das pesquisadoras. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se por qualquer um dos contatos abaixo a qualquer momento.

---

Cileide Luz Soares Inacio – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 996770314  
E-mail: cileide\_luz@outlook.com

---

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (Orientadora)  
Departamento de Ciências Humanas e Educação /Universidade Federal de São Carlos  
(UFSCar/Sorocaba) / Telefone: (15) 989290123 / E-mail: viviane@ufscar.br

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Sorocaba/SP \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Nome do(a) Participante

---

Assinatura do(a) Participante





Imagem 9 – Diário de Campo III

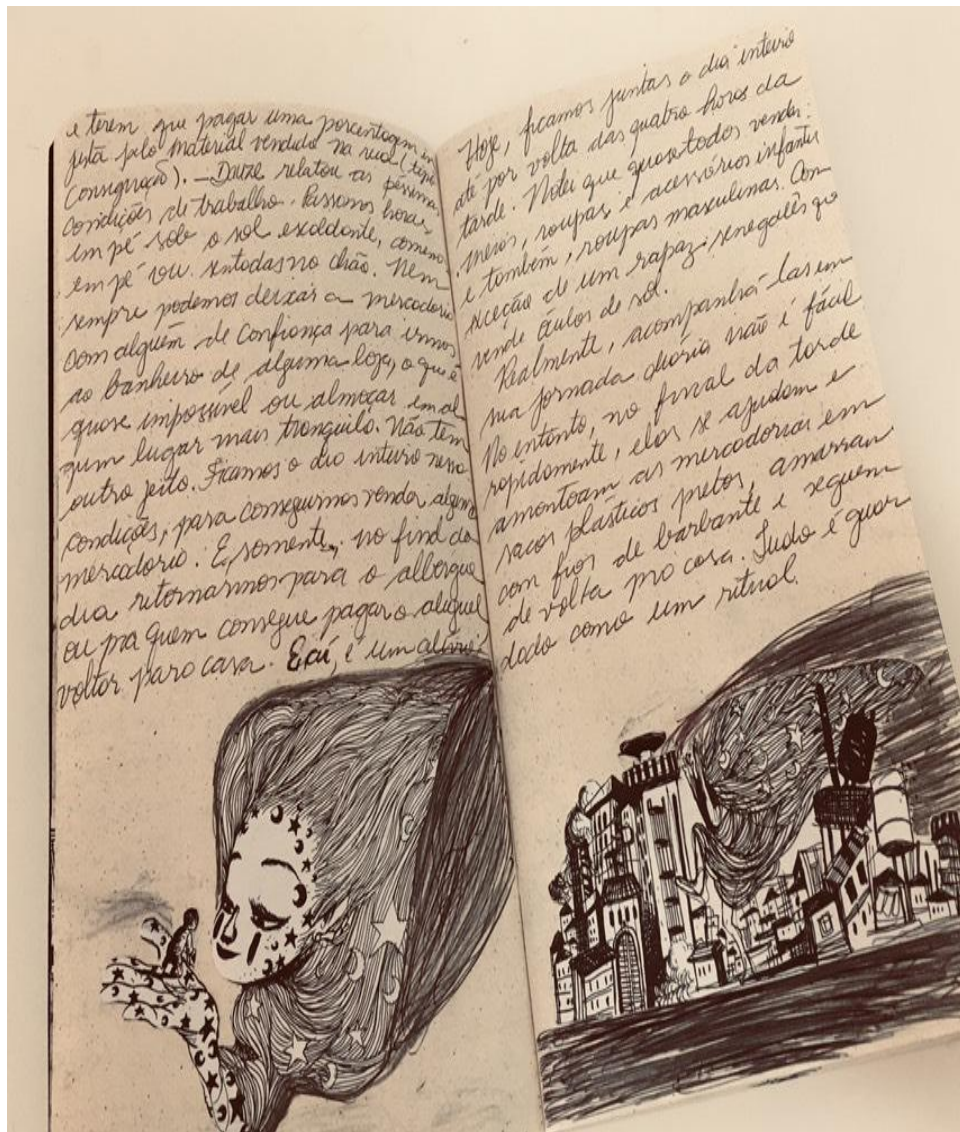


Imagem 10 – Diário de Campo III





Imagem 11 – Diário de Campo III

